

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E DEPARTAMENTO DAS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Cam-naté Augusto Bissindé

**A CONSTRUÇÃO DE ESTADO DE GUINÉ-BISSAU E A CONTRIBUIÇÃO DA
CHINA PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL**

Porto Alegre

2021

Cam-naté Augusto Bissindé

**A CONSTRUÇÃO DE ESTADO DE GUINÉ-BISSAU E A CONTRIBUIÇÃO DA
CHINA PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL**

Trabalho de conclusão submetido ao curso de graduação em Relações Internacionais da faculdade das ciências econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira

Porto Alegre

2021

CIP - Catalogação na Publicação

Augusto Bissindé, Cam-naté

A construção de Estado de Guiné-Bissau e a contribuição da China para o desenvolvimento nacional / Cam-naté Augusto Bissindé. -- 2021.

67 f.

Orientadora: Analúcia Danilevicz Pereira.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Relações bilaterais;. 2. Guiné-Bissau;. 3.
China;. 4. Cooperação;. I. Danilevicz Pereira,
Analúcia, orient. II. Título.

Cam-naté Augusto Bissindé

**A CONSTRUÇÃO DE ESTADO DE GUINÉ-BISSAU E A CONTRIBUIÇÃO DA
CHINA PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL**

Trabalho de conclusão submetido ao curso de graduação em Relações Internacionais da faculdade das ciências econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: Porto Alegre, 10 de maio de 2021

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira (Orientadora) - UFRGS

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini - UFRGS

Prof. Dr. Leonardo Granato - UFRGS

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero agradecer meu Deus todo poderoso, que tem manifestado sua graça e misericórdia sobre mim, me concedeu saúde e capacidade ativa em toda minha graduação. Supriu minhas necessidades em todos os aspectos. Quando me sentia solitário, ele estendia sua mão para me acudir, quando chorava, Ele enxugava minhas lágrimas, e quando me sentia frustrado Ele se fez do melhor psicólogo para me orientar. Gostaria de poder citar em detalhes as coisas maravilhosas que recebi de sua infinita bondade, são muitas, e se for descrevê-las não teria espaço suficiente que possa arquivá-las.

Dirijo meus agradecimentos solenemente para os meus pais, que embora não se encontram mais neste mundo, sei do fundo do meu coração que estariam orgulhosos de poder ver seu filho chegar a esse patamar. De saber que a educação de base que deram para mim está surtindo efeito positivo tal qual desejaram que um dia fosse. Foram o melhor presente que tive nessa vida, me instruíram a ser um homem honesto que luta pelos próprios objetivos, a coragem era o lema da nossa família, contudo, éramos uma família humilde, mas reinava entre nós a verdadeira felicidade. Tudo na vida tem seu tempo determinado, logo muito cedo, o meu pai se despediu, antes da minha aventura corajosa pelo mundo em busca do meu futuro. Quando parecia que tudo estava prestes a se tornar realidade, minha queridinha mãe também se despediu pelas costas, sem pelo menos uma chance de um abraço. Mas ainda assim, posso dizer que sem eles esta conquista não se tornaria realidade.

Por último, a minha calorosa gratidão se estende ao governo brasileiro que contribuiu de uma maneira abundosa através do Programa de Estudante Convênio de Graduação (PEC-G) mantida no âmbito de acordo educacional com os países em via de desenvolvimento, e através do seu povo humilde e trabalhador que custeou toda despesa da minha formação ao longo da jornada acadêmica na UFRGS. Agradeço à minha orientadora, Dra. Professora Analúcia Danilevicz Pereira, que desde o primeiro dia de aula, tem dado atenção especial e muito carinho para que eu pudesse acompanhar com tranquilidade o ritmo das aulas, demonstrando muita paciência, sempre se colocando à disposição para atender qualquer dúvida extra aula. Por fim, agradeço todos os funcionários da Faculdade das Ciências Econômicas (professores, funcionários terceirizados) pelo serviço realizado, sem esquecer dos meus colegas do curso, que contribuíram de maneira extraordinária para que este objetivo se realizasse, e que Deus abençoe a vida de cada um, obrigado.

“Eu sou a videira, e vós são os ramos, quem está unido comigo e eu com ele, esse dá muito fruto porque sem mim vocês não podem fazer nada”.

“Se o Senhor não edificar a casa em vão trabalham os que edificam, se o Senhor não guardar a cidade, em vão vigia a sentinela”.

(João 15:5; Sl 127:1.)

RESUMO

Este trabalho apresenta um panorama geral sobre a relação existente entre a República da Guiné-Bissau e a República Popular da China, período entre 1994-2019. O trabalho começa, no primeiro capítulo, com a abordagem das principais teorias de Relações Internacionais (realismo e liberalismo) e sua influência na elaboração de política externa dos Estados, as características da política externa chinesa e a sua ascensão econômica e política que influenciam o Sistema Internacional. No segundo capítulo foi abordado o processo da luta de libertação nacional para a independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde, dois países que se uniam durante a guerra de libertação através do seu líder Amílcar Lopes Cabral, que dirigia o projeto de um Estado binacional. Ainda neste capítulo, foi discutido a formação do Partido Africano para a independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC), a menção de outros partidos que também contribuíram na luta contra o colonialismo português, e a divisão interna no seio do partido que culminou com o assassinato de Cabral e o fim do projeto binacional. E no final do capítulo foi discutida a separação da soberania entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde. No terceiro capítulo foi analisada a relação existente da República Popular da China com a República da Guiné-Bissau, começando com uma breve análise da relação entre a China e o continente africano. Em seguida foi aprofundada uma análise histórica que trouxe algumas narrativas dos primeiros passos de aproximação entre a Guiné-Bissau e a China. Por último, foi averiguado as relações bilaterais que envolvem seus interesses e o resultado proveniente desta relação para o desenvolvimento da Guiné-Bissau.

Palavras-chave: Política externa. Colonialismo. Relações bilaterais. Guiné-Bissau. China.

ABSTRACT

This work presents a general overview about the existent relation between Guinea-Bissau and China's Popular Republic, of the period 1994-2019. The work starts in the first chapter with the mean approach of International Relation Theories (Realism and Liberalism) and his influence in elaboration of States foreign policy, China foreign policy features, his economic and policy rise that influence the International System. In second chapter, there was approached the process of national struggle liberation to independence of Guinea-Bissau and Cape Verde, the two united country during the colonialism struggle, by his leader Amilcar Lopes Cabral who drove the project of binational State, still in this chapter, there was discussed the formation of African party's liberation of Guinea-Bissau and Cape Verde (PAIGC) and the mention of other parties who contributed in struggle against portuguese colonization, internal division that culminated with murder of Cabral, subsequently, separation of sovereignty between Guinea-Bissau and Cape Verde the end of binational project. In the third chapter, was analyzed the relation of Guinea-Bissau and China, starting with a brief analysis of existing relations between China and african continent. Then, there was a deepened historic analysis which brought some narratives of the first step approximation of Guinea-Bissau and China. Finally, it examined bilateral relations that involve their interest, and the outcome of this relation to development of Guinea-Bissau.

Keywords: Foreign policy. Colonialismo. Bilateral relations. Guinea-Bissau. China.

LISTA DE QUADRO

Quadro 1. Lista de visita oficial das autoridades chinesa à Guiné-Bissau.....	48
Quadro 2. Lista de visita oficial das autoridades guineense à China.....	49
Quadro: 3. Quadro das obras realizadas pelo governo da China na Guiné-Bissau.....	55

LISTA DE TABELA

Tabela 1: Total de produção/captura na ZEE exclusiva da Guiné-Bissau por espécie/tio em toneladas entre os anos 2010-2015 pela China.....	58
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANP	- Assembleia Nacional Popular
ADP	- Armazém Do Povo
BM	- Banco Mundial
CC	- Congresso de Cassacá
CEDEAO	- Comunidade Económica Dos Estados da África Ocidental
CEI	- Casa de Estudante do Império
CEL	- Comitê Executivo de Luta
CEMGFA	- Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas
CEP	- Conselho executivo Permanente
CH	- Centro Hospitalar
CNFC	- China National Fisheries Corporation
CPLP	- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSG	- Conselho Superior de Guerra
CW	- Consenso de Washington
DH	- Direitos Humanos
EASG	- Escola de Amizade Sino Guineense
EETC	- Estação de extensão da Tecnologia Cereal
EIP	- Estudante do Império Português
EN	- Estádio Nacional
EUA	- Estados Unidos da América
FLGC	- Movimento de Libertação de Guiné e Cabo Verde
FLING	- Frente de Libertação e Independência Nacional de Guiné
FMI	- Fundo Monetário Internacional
FOCAC	- Fórum de Cooperação China África
GF	- Guerra Fria
HASG	- Hospital de Amizade Sino Guineense
HB	- Hospital de Bissau
HRC	- Hospital Regional de Canchungo
IES	- Instituição de Educação Superior
INS	- Instituto Nacional de Saúde
ISA	- Instituto Superior de Agronomia
IUC	- Instituto Universitário Chinês
MB	- Madina de Boé
MP	- Massacre de Pindjiguiti
MNE	- Ministério dos Negócios Estrangeiros
MRE	- Ministério das Relações Exteriores
MR	- Movimento Reajustador
NLG	- Movimento de Libertação de Guiné

ONU	- Organização das Nações Unidas
PAI	- Partido Africano para Independência
PAIGC	- Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo Verde
PE	- Política Externa
PCC	- Partido Comunista chinês
PIB	- Produto Interno Bruto
PIDE	- Polícia Internacional de Defesa do Estado
PG	- Palácio de Governo
PJ	- Palácio de Justiça
PRS	- Partido da Renovação Social
RC	- Revolução dos Cravos
RE	- Realismo Estrutural
RPC	- República Popular da China
RTC	- Revolução Tecnológica-Científica
UAC	- Universidade Amílcar Cabral
UEMOA	- União Econômica Monetária Oeste Africana
URSS	- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZEE	- Zona Econômica Exclusiva

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. O CONCEITO E AS TEORIAS PREDOMINANTE NA FORMULAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA	19
2.1 As características da política externa chinesa	25
3. A FORMAÇÃO DO ESTADO BISSAU-GUINEENSE	29
3.1 O Processo da independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde	29
3.2 A desintegração do Estado binacional	36
3.3 Papel do PAIGC como partido único	38
4. LAÇOS DE APROXIMAÇÃO CHINA E ÁFRICA, BISSAU E PEQUIM	40
4.1 As relações de proximidade entre a China e o continente africano	40
4.2 As Relações e aproximação entre Bissau e Pequim	46
4.3 As áreas de cooperação bilateral	50
4.3.1 Setores da educação e saúde	50
4.3.2 Agricultura	52
4.3.3 Infraestrutura	53
4.3.4 Setor da pesca	55
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	62

1. INTRODUÇÃO

Antes de sua libertação nacional sob o domínio colonial português, a Guiné-Portuguesa (Guiné-Bissau) desde muito cedo estabeleceu contatos de uma maneira horizontal mantendo relações com vários países vizinhos da sub-região: Senegal, Gâmbia e Guiné-Conacri, e às nações mais distantes como por exemplo, Cuba, antiga União das Repúblicas Socialista Soviética (URSS), e Suécia (MONTEIRO, 2019). Ao longo de vários séculos de ocupação portuguesa na região, a segunda metade do século passado tem sido marco importante da revolução Bissau-guineenses e cabo-verdianos que viviam período da dura repressão imperial portuguesa que sufocava suas liberdades e direitos (MONTEIRO, 2019).

Em busca de sua liberdade como uma nação livre e autônoma, em 1963 a Guiné-Bissau e Cabo Verde entraram numa guerra de libertação nacional para combater a força portuguesa instalada no território. A luta de libertação nacional foi importante, porém, desgastante pois o Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC) aderiu à luta sem a mínima condição necessária, tanto do ponto de vista bélico, quanto financeiro a fim de sustentar a guerra (CARVALHO, 2016).

Amílcar Lopes Cabral o fundador do (PAIGC) conhecido também como um dos teóricos do pan-africanismo e, um dos principais líderes revolucionários do século XX estabeleceu contatos com liderança de outras nações sobretudo a China, buscando conectar o país com mundo afora (MONTEIRO, 2019). A luta de libertação nacional perdurou 11 anos, a URSS, a China e Cuba exerceram papel importantíssimo na vitória do PAIGC frente à força colonial portuguesa. O PAIGC recebia da URSS materiais bélicos para equipar seus guerrilheiros e sua alimentação durante toda a extensão do conflito, os chineses forneciam apoio no domínio de capacitação técnica, cedendo espaço para formação de quadro do partido africano nas suas instituições educacionais, os cubanos lançavam apoio no domínio técnico-científico, formando técnicos, professores, enfermeiros e médicos do PAIGC (MONTEIRO, 2019).

O sonho de Cabral foi precocemente interrompido por um assassinato ocorrido um ano antes de realizar seu desejo, o maior desejo de Cabral era proclamar e descolonizar não somente na Guiné-Bissau e Cabo Verde, mas, sobretudo no continente africano, que estava subjugado pelo imperialismo europeu (MONTEIRO, 2019). No dia 24 de setembro de 1973 o PAIGC proclamou de forma unilateral a independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde em Madina de Boé (leste de Guiné-Bissau) ilegitimando desta maneira a autoridade do governo

português nas questões que envolviam assuntos internos da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Apesar da autoproclamação dirigida pelo PAIGC, o governo português desconsiderou a independência até no dia 10 de outubro de 1974 quando reconheceu oficialmente a sua autonomia total (CARVALHO, 2016).

A guerra da independência nacional trouxe muitas experiências ao PAIGC, partido criado com objetivo de libertar o país do regime colonial. Apesar de ter desempenhado papel de extrema importância na condução da luta de libertação nacional faltava-lhe visão de longo prazo que abrangesse o período posterior à guerra. Segundo Carvalho (2016), a criação do PAIGC foi pensado de uma maneira limitada, que concentrava sua maior atenção no período da guerra, ou seja, a visão dos teóricos criadores do PAIGC limitava-se apenas no período em que o conflito ia se desenvolver, portanto, o PAIGC viu-se de certa forma, despreparado de encarregar-se da responsabilidade do papel de Estado que lhe foi incumbido na construção de estado-de-bem-estar após a independência, bem como a sua dificuldade em articular com os desafios políticos que o mundo pós Guerra-Fria lhe trouxe.

Ao longo do processo da luta de libertação Guiné-Bissau e Cabo Verde andavam sempre juntos desde a criação do PAIGC, porém, a morte de Cabral incitou certas divergências no seio do partido que culminou mais tarde (pós independência) com a desintegração de Cabo Verde da Guiné-Bissau, cada um possuindo assim, sua autonomia e soberania (MONTEIRO, 2019). No percorrer da década de 70 a guerra fria ganhou destaque no continente africano - tomando proporção em guerra quente em vários lugares visto como estratégicos para as duas superpotências (EUA-URSS).

A intensificação da guerra fria levou para o continente desafios enormes aos jovens-estados recém-independentes. No caso da Guiné-Bissau a realidade não foi diferente, o novo Estado (PAIGC) encara enormes desafios do contexto da Guerra Fria, somando resultados negativos no processo da construção de um projeto desenvolvimentista. A forte influência da União Soviética fez com que o país identificasse por um período ao regime político-econômico centralizador sob controle de Estado, o que provocou a instauração do modelo socialista soviético de partido único tendo o PAIGC como único e principal partido do país (MONTEIRO, 2019).

A queda da União Soviética e a sua desintegração em 1991 condicionou novas mudanças no sistema internacional. A desintegração soviética desencadeou uma crise sistêmica na economia dos países que recebiam apoio vindo do bloco, tanto soviético quanto os estadunidenses cortaram grande proporção de investimentos que eram destinados ao continente africano devido a intensidade da guerra fria e da importância que África teve como

zona estratégica de influência para expansão de suas ideologias (ARRUDA, 1980). Na década de 1980 o continente perdeu a sua importância que teve ao longo desse período. A nova realidade provocou uma onda de crise nos setores: econômico, social, político, e cultural, repercutindo efeitos negativos em altas dimensões. O triunfo do capitalismo liderado pelos Estados Unidos impõe nova regra do funcionamento do mercado mundial, elaborando princípios neoliberais (Consenso de Washington) para os países do terceiro mundo, especialmente os da África na década de 1990 (VIZENTINI, 2005, p. 56).

Para o caso específico da Guiné-Bissau, a década de 1990 é conhecida como a década da reestruturação do sistema econômico, político e social da sociedade guineense, e foi período em que o poder do PAIGC começou a ser questionado pela sociedade civil e comunidade internacional. No começo dos anos 90, o partido africano sofreu pressão externa dos organismos econômicos internacionais que alegavam abertura da economia do país para enquadrar-se na economia do mercado. O avanço da democracia neoliberal estadunidense que ganhava influência principalmente após a desintegração da URSS, e o avanço da liga dos direitos humanos condicionaram a sociedade guineense a contestar o regime de partido único, novos partidos de oposição começaram a surgir e pressionar junto com a sociedade civil o sistema do Estado e do governo do PAIGC (CARVALHO, 2016).

A forte pressão externa do sistema econômico neoliberal que alegava abertura das economias dos países em desenvolvimento perpetrado pelas instituições financeiras internacionais (BM, FMI,) e a pressão interna da sociedade civil que se via disposto a lutar pela implementação da democracia representativa e de direito de expressão, obrigou o PAIGC a adotar nova estratégia de política externa, abrindo sua esfera de interesse para outros países e blocos. Se por um lado os anos 90 tem sido a década de enormes desafios para o Estado Guineense, por outro lado, pode se dizer que a mesma década tem sido o marco da abertura e da estruturação da política externa guineense com outros países, pois a Guiné-Bissau passava de um regime fechado e autoritário para um regime aberto e democrático (DJAU, 2017).

Em 1994 o país realizou pela primeira vez na sua história as eleições democráticas aceitando a participação de vários partidos da oposição. Apesar de muitas alegações de fraude ocorrida ao longo do processo eleitoral o PAIGC foi vencedor daquele escrutínio, intensificando a discórdia de grupos de oposição em relação ao resultado da eleição, o que levou nos anos posteriores um intenso clima de instabilidade política, social e econômica, e em especial a explosão da guerra civil de 1998, (SANGREMAN; JÚNIOR; ZEVEERINO; BARROS, 2008).

A adoção do regime político liberal, os direitos humanos, a liberdade de expressão, e posteriormente a primeira eleição legislativa de 1994 trouxeram à sociedade guineense o espírito de reivindicação no seio da sociedade civil, sobretudo a participação da população na política através de seus representantes parlamentares, algo que não acontecia desde que o país se tornou independente devido ao regime autoritário do partido único. A partir da segunda metade da década de 1990 a Guiné-Bissau entrou num período sombrio, tanto do ponto de vista econômico quanto social. O desequilíbrio macroeconômico interno e externo, a radicalização de escassez de alimento devido à queda na atividade produtiva, levou o país a conhecer a sua maior crise inflacionária, com a desvalorização do peso (moeda local) em 80% (SANT'ANNA, 2008; SILVA, 2015).

Essa realidade fez com o Estado guineense manifestasse interesse de integrar a União Econômica Monetária Oeste Africana (UEMOA), estabelecendo sua primeira negociação em 1987. Segundo a colocação de Silva (2015) a negociação só foi consolidada após uma década, isto é, no dia 02 de maio de 1997, quando finalmente o país integrou como membro oficial do bloco monetário da sub-região, onde passou a usar o Franco da Comunidade Financeira Africana (FCFA) como sua moeda nacional.

A convulsão social e econômica decorrente no período agravou-se a crises maiores, criando instabilidade política que culminou - um ano depois da entrada do país na UEMOA - em uma guerra civil (DJAU, 2017). A guerra civil guineense de 1998, conhecida também de “guerra de 07 de junho” foi a mais trágica e sangrenta dos conflitos que o país já vivenciou, apesar de sua pouca durabilidade, as consequências foram muito mais intensa e destrutiva em relação a guerra de luta de libertação nacional (CARVALHO, 2016; MONTEIRO, 2019).

A guerra civil desencadeou crise no seu mais alto escalão, destruindo a infraestrutura econômica e social do país. Um país que já vinha andando na beira de recessão desde 1994, a guerra civil simplesmente aprofundou-o muito mais, gerando consequências trágicas de longo prazo, tais como: a constante instabilidade política, golpe de estado militar, perseguição e assassinato dos políticos e oficiais militares, tráfico de drogas, greve nos hospitais e escolas e, entre outros pontos, (SANGREMAN; JÚNIOR; ZEVEIRINO; BARROS, 2008).

As eleições gerais de 1999 marcaram a esperança do povo guineense, uma sociedade que se encontrava debilitada, a eleição de 1994 foi decisiva no sentido de que geraria uma nova esperança à nação guineense. A vitória do Partido da Renovação Social (PRS¹) através

¹ Fundado em 12 de janeiro de 1992, por ex-militante do PAIGC (Kumba Yalá), o PRS concorreu a sua primeira eleição em 1994 quando o país passou a aderir ao sistema democrático, sendo assim conquistado o segundo partido mais votado naquele escrutínio.

do seu líder e candidato Kumba Yalá marcou a virada do milênio para nova face do sistema democrático da história Bissau-guineense (MONTEIRO, 2019). Apesar de uma relação antiquada, o PRS elaborou novo dinamismo político nos moldes liberais projetando nova guinada da política externa guineense para a China a partir dos anos 2000 (MBUNDE, 2015).

Os traços da consequência da guerra civil de 1998 foram evidentes na vida social da população em geral, apesar de tanto esforço do governo eleito no combate à pobreza, a demanda foi tão grande ao ponto de sair do controle do governo. Os funcionários públicos ficaram sem salários por vários meses, os professores foram os mais penalizados do setor público com 12 meses sem receber salário, o que implicou na anulação do ano letivo 2003/2004. A convulsão da crise econômica e social criou condições favoráveis para o golpe de estado-militar de 2003, quando o mandato do presidente vencedor da última eleição foi interrompido pelos militares. A tradição de golpe, no entanto, começou a ganhar espaço cada vez mais acentuado até as eleições gerais de 2014 (CARVALHO, 2016; MONTEIRO, 2019).

A realidade que a Guiné-Bissau enfrentava nesse período manchava a sua imagem, afastando desse modo interesse dos investidores internacionais no país (nenhum investidor arriscaria aplicar seu recurso num lugar onde há insegurança) a política é controlada - mesmo que de maneira indireta - pela força armada (DJAU, 2017). A Guiné-Bissau veio perdendo então seu prestígio perante outras nações e comunidades internacionais. Mesmo em situação traumática em que o país se encontrava, a relação sino-guineense ganhou espaço em uma proporção cada vez maior desde a independência da Guiné-Bissau especialmente a partir dos anos 2000, construindo uma relação diplomática e cooperativa profundas em várias vertentes, fortalecendo as amizades construídas ao longo da luta de libertação, com amplo apoio do Partido Comunista Chinês (PCC) aos guerrilheiros do PAIGC (MONTEIRO, 2019).

Este trabalho pretende analisar as relações estabelecidas com a China a partir da virada do milênio, buscando entender o real motivo dos elaboradores da política externa Bissau-guineense em manterem preferência diplomática e cooperativa com o país asiático muito antes da sua independência. De tanta experiência que passou, e as relações que haviam sido estabelecidas dos primórdios da independência, ainda pode se dizer que o país luso africano não possui uma linha concreta a qual se fundamenta sua política externa. Da independência aos dias atuais, sempre que necessário, o país exerce uma política externa pragmática orientada pelo interesse momentâneo, a política externa da República da Guiné-Bissau é personalizada, os líderes que definem as preferências e interesse da relação externa do país com ênfase em interesse pessoal (CARVALHO, 2016).

Não obstante, pretende-se a partir deste trabalho compreender os custos e benefícios mantidos ao longo da relação entre a Guiné-Bissau e a China, e demonstrar as evidências empíricas que compõem o sucesso desta relação. Neste quesito, convém antes de mais nada, abordar o conceito da política externa, com base nas duas principais teorias clássicas das Relações Internacionais, das quais cuja formulação da política externa não se ausenta, para nos ajudar a ter uma compreensão geral a respeito da relação da Guiné-Bissau com aquele país asiático.

2. O CONCEITO E AS TEORIAS PREDOMINANTE NA FORMULAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA

Ao longo de vários séculos, o contato entre povos de diferentes lugares baseava-se na relação de troca dos bens, com oportunidade de comércio de maximizar as preferências e desejo pessoal ou coletivo entre si. Ao fim da idade média e no começo do renascimento, as antigas cidades se modernizaram e formaram Cidade-Estados responsáveis pela organização política dos grupos que partilharam o mesmo espaço territorial e cultural, (PEREIRA, 2017). A idade moderna trouxe a nova configuração do Estado, tanto no sentido moderno quanto progressivo, segundo Pereira, (2017) a forma de organização política dos Estados modernos começou a ganhar novas dimensões em favor da expansão territorial, e assim, sucessivamente transformando cidade-Estados em Estado-Nação. Os Estados passaram a considerar a importância do território e da fronteira como mecanismo fundamental que garanta autonomia política, econômica e a soberania dentro de seu espaço territorial, (PEREIRA, 2017).

O surgimento de Estado-Nação europeu e a delimitação territorial do final do século XVII alimentou o sentimento do nacionalismo que mais tarde tornou-se num elemento fundamental adotado pelos grupos revolucionários dos séculos XIX e XX, (PEREIRA, 2017). A livre interação entre os povos passou a limitar-se pela demarcação das fronteiras, onde a maximização dos interesses requeria a formalidade da parte dos Estados e da maneira como estes precisavam estruturar interesse doméstico para alcançar seu desejo no cenário internacional, resumido em “Política Externa” (LEIRA, 2019, p.188).

Arruda (1980) afirma que a explosão da segunda revolução industrial iniciada a partir da segunda metade do século XIX - integrando outras potências como EUA, Japão, França - instigou a necessidade de ampliar mercado consumidor e extrair matérias primas para sustentar o desenvolvimento das indústrias. A alta necessidade de manter novos mercados consumidores e fontes de matérias-primas desencadeou forte concorrência entre os Estados-Nação à uma corrida imperialista como forma de garantir a sobrevivência de suas indústrias e assim maximizar interesse doméstico. A formulação da política externa passa a ganhar tratamento diferencial nos demais políticas conduzidas pelos Estados, (FREIRE; VINHA, 2011).

Existe no campo de estudo das Relações Internacionais uma grande contradição sobre a definição da política Externa, não há uma definição absoluta e consensual que torna

homogênea o termo, porém, todas as definições consideram governo estatal como ator principal e privilegiado na formulação de política externa, (FREIRE; VINHA, 2011, p.17).

Putnam (2010) um dos teóricos conceituais da política externa, desenvolveu no seu artigo a teoria de jogo de dois níveis, de acordo com ele, a política externa está coberta de dois fatores principais: “*interno e externo*”. Segundo o autor (2010) a política externa e interna são duas variáveis diferentes que possuem um objetivo comum, pois, todas as políticas e negociações internacionais foram antes planejadas e elaboradas para gerar resultados vantajosos a favor de grupos de interesses (econômico e não econômico) domésticos.

Seguindo a definição de Rosati (1994) a política externa é conjunto de objetivos, formulação e estratégia escolhida pelas autoridades governamentais para responder ao ambiente externo atual e futuro. Rosenau (1969) aponta que a política externa é o esforço de uma sociedade política nacional que se empenha em controlar seu ambiente externo pela preservação das situações favoráveis, e a modificação das situações desfavoráveis. Herman (1990) define a política externa como um programa orientado para a resolução dos objetivos ou de problemas elaborados pelos decisores políticos com autoridade (FREIRE; VINHA, 2011, p.17).

Devido ao sigilo de política externa e o desafio que o sistema internacional apresenta para atores, a compreensão do conceito torna-se cada vez mais complexo. Hermann chamou-o de “conceito negligenciado” segundo o autor, essa negligência tem sido obstáculo que imponha restrição para uma explicação compreensiva da política externa. O autor acrescenta ainda, que a política externa é uma proposta de ação discreta resultante de um nível de decisão política derivado de um indivíduo ou grupo, (BOJANG, 2018).

Padelford e Lincoln (1963) definem a política externa de “negócio de um Estado com a comunidade internacional”, ou seja, o ator desempenha o papel de mediador dos assuntos de interesse dos grupos domésticos com os interesses dos grupos externos (outros atores). Segundo os autores, a política externa desempenha duas funções principais: primeiro, atender os objetivos concebidos; segundo, pressionar os interesses nacionais. Frankel (1963) define a política externa de “decisões e ações” que envolvem uma extensa relação entre um Estado e outros, considerando as decisões de políticas formuladas dentro de fronteira nacional e articulando-as com as propostas externas de outros Estados.

Apesar de ter sido uma prática já desenvolvido desde a segunda metade do século XVII a política externa foi introduzida como objeto de estudo no campo das Relações Internacionais no final da II Guerra Mundial, quando os estudiosos da área buscavam entender a razão das duas grandes guerras que marcaram a história da humanidade e suas

consequências na sociedade mundial, (JATOBÁ, 2013, pg.18). Após a criação da disciplina de Relações Internacionais na década de 1920, duas teorias ganharam destaque para os estudos da política externa, conhecida normalmente de teorias tradicionais, Realismo e Liberalismo, ambas utilizadas fluentemente nas elaborações de políticas externas dos Estados.

Considerados teorias principais para os estudos e interpretação dos fenômenos políticos internacionais, as teorias liberal e realista apresentam divergências nos níveis de análises dos fenômenos políticos. Na visão defendida pelos realistas, o Estado é o principal ator no sistema internacional, único agente responsável em formular, planejar e executar as políticas do interesse doméstico no âmbito externo, ou seja, não há outro ator fora do Estado nacional. Além de compactuar com a ideia do Estado como ator no sistema internacional, os liberais acreditam que existem outros atores além dos Estados, a saber: indivíduo, empresas multinacionais, organizações não governamentais e organizações internacionais governamentais, (MURGI, 2013, p.131-132).

Os realistas inspiraram-se nas obras dos autores clássicos que identificam-se com o pensamento do realismo, entre os mais próximos foram Nicolau Maquiavel (*O Príncipe XVI*), Thomas Hobbes (*Leviatã XVII*) e Carl Von Clausewitz (*Da Guerra XIX*), estes autores tornaram-se principais influenciadores da corrente realista contemporânea, (JATOBÁ, 2013, p.19).

Na obra de Maquiavel, os pensadores realistas tiram a ideia de que os Estados deveriam utilizar sua força para estimular a formação de aliança para atingir o equilíbrio e garantir sua sobrevivência. A lógica de uso da força como mecanismo principal para garantir a sobrevivência dos Estados na arena internacional leva os realistas a encontrar na obra de Thomas Hobbes (2014) a ideia de que no cenário internacional não existe um leviatã capaz de ditar as regras para os Estados nacionais, o sistema internacional é anárquico sem a possibilidade de haver um ator principal capaz de ordenar unilateralmente as normas para todos. A ausência do leviatã no sistema internacional condiciona os atores a viverem num real estado de natureza, cada um lutando para sua sobrevivência. Baseando na ideia de Clausewitz de que a guerra é a continuação da política em outras instâncias, os realistas extraíram o argumento de que a guerra é uma variável fundamental e responsável para o balanceamento do poder entre os Estados nacionais na arena internacional, (JATOBÁ, 2013, p.19-20).

Na década de 1970, o realismo sofreu uma de suas maiores crises, quando diversos acadêmicos começaram a ressaltar a importância de novos fenômenos que afetam o sistema internacional, assuntos econômicos, ambientais, migração e entre outros que ganharam espaços no sistema internacional, o realismo se viu na necessidade de reformulação de suas

ideias e posicionar em defesa do seu argumento. Em resposta aos pluralistas liberais, Waltz (1979) desenvolveu sua teoria conhecida como a nova versão do realismo, intitulada de “Neo-realismo” ou em outras palavras “Realismo Estrutural”. Segundo Waltz, (1979) o sistema internacional é anárquico, portanto os atores que o compõem se viram obrigados a adaptar-se em dois tipos de comportamento: a *competição* e a *socialização*. Em seu argumento, Waltz (1979) afirma que o sistema anárquico obriga os atores a viverem em uma permanente competição, aqueles que apresentam mais forte posicionam no cume da pirâmide e assim sucessivamente. Quanto à socialização, o autor argumentou que os Estados mais fracos são induzidos a socializar-se com as regras ditas pelos fortes, para garantir sua sobrevivência.

Outro conceito derivado do realismo Estrutural é a ideia de autoajuda, para os realistas o Estado não pode contar com a ajuda de outro para defender seus interesses, cada um vive cuidando de sua segurança e da sua preferência. De acordo com essa perspectiva, o realismo refutou qualquer argumentação que incluía a possibilidade de análise do processo doméstico para analisar as decisões internacionais, (CARDOSO, 2010).

Por outro lado, os autores identificados com Internacionalismo liberal são inspirados pelas ideias dos filósofos que defendiam os valores liberais, começando por John Locke (1632-1704) que defendeu a ideia de *Liberdade Individual*, e a concepção de uma sociedade de Estado de Hugo Grotius (1583-1654) ambos foram pensadores influentes do século XVII.

Foi a partir da segunda metade do século XVIII que as raízes do liberalismo ganharam consistência teórica brilhante, com a publicação da “*Riqueza das Nações*” em 1776 por Adam Smith, (1723-1790) pai da economia moderna, e David Ricardo (1772-1823), (JATOBÁ, 2013, pg.39). Os liberais deram salto significativo quando mergulharam suas teorias na ideia de liberdade, os adeptos pioneiros do liberalismo como mencionados acima defendiam três princípios a saber: I liberalismo republicano, II liberalismo comercial, e III liberalismo regulatório, (IDEM, 2013, p.39).

Os primeiros dois princípios ganharam destaque a partir da segunda metade do século XIX, o filósofo e economista escocês Adam Smith defendeu a liberdade dos trabalhadores e do sistema econômico capitalista. Segundo o autor, o trabalhador precisava ser livre da dominação do senhor capitalista, o sistema econômico deveria ser livre da intervenção e regulamentação de Estado. Smith argumenta a ideia de que, liberdade cria condição favorável para que o senhor da terra, capitalista e, o trabalhador conseguissem produzir em larga escala promovendo o crescimento da riqueza (aumentar o tamanho do bolo) e da maneira correta justa e transparente de partilhar a riqueza produzida (fatia do bolo) beneficiando cada

participante na produção, (SKOUSEN, 2007). O terceiro princípio defende a necessidade de ampliação de escopo e da eficiência das instituições internacionais, de modo a promover o bem-estar coletivo e reduzir os conflitos resultantes de interesse divergente, (JATOBÁ, 2013, pg.39).

No começo do século XX os liberais vêm perdendo prestígio alcançado ao longo do tempo. A transformação dos Estados-Nação, impulsionado pela II Revolução Industrial aumentou a capacidade produtiva em larga escala, desencadeando a competitividade e corrida imperialista (ARRUDA, 1980). O fim da primeira guerra mundial colocou a perspectiva liberal em condições ineficientes para explicar os fenômenos da guerra, ou seja, a ideia liberal de que o mundo era ideal passou a sofrer questionamentos em relação ao fato do pós-guerra.

O realismo se viu adequado em seu argumento sobre a razão da guerra e como os demais Estados se comportam no sistema internacional. O pensamento realista predominou o campo dos estudos das Relações Internacionais por quase seis (6) décadas (JATOBÁ, 2013, p. 27). O fim da segunda guerra mundial trouxe mudanças no sistema internacional e, na sociedade mundial como um todo, vale lembrar que após a derrota dos alemães e japoneses na segunda guerra mundial, o sistema internacional ganhou nova configuração, passou do sistema multipolar para bipolar entre Estados Unidos e antiga URSS. No começo dos anos 1950 criou-se vários movimentos ao redor do mundo.

A Conferência de Bandung (1955) cidade da Indonésia reuniu Estados do terceiro mundo com objetivo de repensar suas relações comerciais em diversos mecanismo incluindo estratégias políticas, econômicas e a emancipação colonial europeu no território afro-asiático (MONTEIRO, 2019, P.126). O movimento negro contra o racismo nos Estados Unidos e na Europa, a emancipação dos países afro-asiático para independência e, a Guerra Fria impactaram a política internacional principalmente nas décadas posteriores (SILVA, 2008).

A conjuntura internacional pós segunda guerra mundial realçou o pensamento liberal sobre a política externa. De acordo com Jatobá (2013) “a partir dos anos 70 a corrente liberal reformulou-se sob a forte influência de novos fenômenos que impactaram as políticas externas dos Estados, o liberalismo passou a ser renomeado de neoliberalismo”. O contexto histórico da guerra fria, favoreceu a elaboração de novas agendas políticas abrangentes na política externa de modo a encontrar caminhos adequados para alcançar a vitória, portanto, era necessário a implementação de novas estratégias que pudessem influenciar a política externa dos países envolvidos. Nessa perspectiva, os neoliberais concluíram que além dos Estados nacionais, existem atores importantes tais como: empresas multinacionais e

transnacionais, ONGs e, entre outros capazes de influenciar a política externa dos Estados, (JATOBÁ, 2013, p.44-47).

No final da década de 70, Robert Keohane, e Joseph Nye publicaram seu primeiro trabalho intitulado *A interdependência complexa* no qual argumentam que o conceito atribuído à “interdependência complexa” é meramente diferente da “Interdependência”, de acordo com sua argumentação, a primeira refere-se a uma relação entre dois ou mais Estados, de modo que essa relação produz efeito recíproco. Enquanto a interdependência pode ser definida como “simétrica” ou “assimétrica” dependendo da distribuição dos efeitos e do seu respectivo custo entre as partes envolvidas na relação. A interdependência complexa faz os atores internacionais depender um do outro. Jatobá (2013, P.48) argumenta que a criação das instituições multilaterais responsáveis em estabelecer as leis do funcionalismo e das regras entre atores torna a cooperação mais viável e segura. Os fatores que levam a cooperação entre Estados ou atores são livre comércio, democracia e as instituições internacionais, (MURGI, 2013, p.129).

Os teóricos neoliberais sustentam que a política externa está vinculada em dois fatores principais: interno e externo. Ambos fatores são necessários para sustentar a base da política externa. Putnam (2010) enalteceu a perspectiva neoliberal quando analisou o contexto das negociações dos Estados partes do G7 realizado em Bonn em 1978. O autor defende a ideia do fator interno, em contramão ao pensamento realista que sustenta que a política externa apenas é conduzida através de variáveis externas. O autor alega ainda que tanto variável interna quanto externa são importantes para elaboração de política externa, pois precisam ser levadas em consideração pelos formuladores da política externa (PUTNAM, 2010, p.149).

O conceito de “jogo de dois níveis” refere-se a dois grupos de interesse: interno e externo. Os grupos de interesse doméstico são pequenos grupos que compartilham o mesmo território, mesma legislação e mesma organização política e social. Além de compartilhar política externa homogênea, os pequenos grupos são diferenciados pelas suas preferências, e essas diferenças geram conflitos entre si, e por fim afeta as decisões da política externa, (PUTNAM, 2010).

Referente ao grupo de interesse externo, Putnam (2010) referiria aos desejos dos atores internacionais, suas agendas políticas e preferências. Para o autor, a política externa depende das variáveis internas (grupos de interesse doméstico) e externo (os atores externos). O Estado encarrega-se da responsabilidade de gerenciar as negociações tanto no contexto interno quanto externo, levando em consideração os interesses de grupos internos que

compõem a base de sua política doméstica e, ao mesmo tempo criando políticas externas favoráveis aos parceiros de negociação na arena internacional.

Os novos desafios dos pós-Guerra Fria cimentaram a convicção de que as teorias tinham de reconhecer que com cada transformação sistêmica a vontade e imaginação humana são fundamentais ao influenciar a condução dos assuntos globais, (FREIRE; VINHA, 2020). A Revolução Tecnológica e Científica (RTC), a Globalização Financeira (GF), a Onda Migratória, os Direitos Humanos (DH), as Questões Ambientais (QA) e entre outros fenômenos ganharam destaque nas agendas da política externa dos Estados. Os liberais argumentam que tais fenômenos influenciam a política externa e a decisão dos Estados, (FREIRE; VINHA, 2020; JATOBÁ, 2013).

2.1 As características da política externa chinesa

Historicamente, a atual República Popular da China (RPC) tem sofrido humilhação caracterizada por períodos sombrios de uma dominação exponencial do imperialismo europeu e japonês há pouco mais de um século dentro de suas linhas fronteiriças, 1839-1949. Este período marcou a história da RPC, ciclo que começou com a dominação externa caracterizada inicialmente pela guerra do ópio, que levou a China a submeter-se às regras e à vontade dos seus adversários e terminou posteriormente com a proclamação da independência da RPC respectivamente. Ao longo do período da submissão da vontade estrangeira a RPC preservou sua base cultural baseada nos princípios confucionistas, que lhe garante uma certa vantagem para a construção de uma cultura uniformizada harmônica, importante para sua formulação de política externa pós-independência (SILVA, 2015; DUQING, 1990).

Após séculos de humilhação, a RPC se recupera do desgaste que sofreu ao longo da resistência dos ataques externos. Tal esforço levou os chineses a construir um país completamente diferente do seu passado, emergindo primeiramente com seu período republicano liderado por Chiang Kai Shek (1925-1949) que iniciou a separação do Estado chinês do imperialismo, rompendo com o sistema da dominação europeia. O segundo momento, foi marcado pelo rompimento definitivo após a revolução de 1949 liderado por Mao Tsé Tung (também conhecido por Mao Zedong) a qual deu possibilidades para a criação de uma China autônoma e independente em sua soberania. De 1949 em diante, a trajetória RPC sob a direção do PCC vem ganhando uma dimensão cada vez mais robusta, munida de princípios filosóficos (confúcio) que norteiam a política externa do país na arena internacional (JÚNIOR, 2014, p. 5-9).

O marco da política externa “moderna” chinesa começou literalmente quando o país se tornou independente, adquirindo a autonomia própria para elaboração do projeto de

desenvolvimento sociopolítico e econômico. A política externa chinesa evoluiu após 1949, com algumas características um pouco diferenciadas das políticas comuns adotadas pela maioria dos países que se encontram em condições de uma potência emergente. Esta evolução pode ser caracterizada em dois períodos: primeiro, sob a égide do presidente Mao Tsé Tung 1949-1976 período da elaboração dos cinco princípios da coexistência pacífica engendrada pelo então primeiro ministro Zhou Enlai. Os cinco princípios da coexistência pacífica são diretrizes sobre qual o Estado chinês baseia sua reforma do sistema internacional e pautar seu relacionamento com outros Estados: 1) Respeito mútuo pela soberania e integridade territorial; 2) Não agressão entre os Estados; 3) Não interferência na política externa; 4) Igualdade entre os Estados e benefício mútuo em seus relacionamentos; 5) Existência dos Estados baseado na paz (DE OLIVEIRA JÚNIOR, 2014, P. 5; TELES; SOUZA, 2015; DUQING 1990).

O segundo período é caracterizado sob a administração do Deng Xiaoping, (um dos líderes mais importantes da história contemporânea chinesa) pela sua influência revolucionária na transformação da China ao status de uma potência emergente e rica através de reformas internas, nomeadamente no setor econômico. Ao longo deste período a política externa chinesa ganhou uma nova conceituação “o desenvolvimento pacífico” o qual tem sido objetivo principal para a modernização da nova China, que se baseia em quatro áreas: Indústria, Agricultura, Tecnologia e Forças Armadas. Apesar de ter sido impulsionado pelas questões econômicas, a reforma ganhou uma dimensão generalizada, abarcando outros setores como a política, a ciência e tecnologia, com intuito de obter uma transformação pesada que permita a ascensão do Estado chinês no sistema internacional (DE OLIVEIRA JÚNIOR, 2014, P. 5; VIZENTINI, 2011, p. 132).

A década de 1970 foi conhecida como marco da abertura do mercado chinês para o resto do mundo, porém, o trâmite do processo de abertura foi arduamente custoso ao PCC, que teve de enfrentar algo novo, e contrário aos princípios e valores chineses pregado pela Filosofia Confuciana. O presidente Deng - o protagonista da reforma - enfrentou resistência da ala conservadora dentro do próprio PCC, que defendia a preservação do *status quo* dos cinco princípios da coexistência pacífica. Apesar da resistência dos conservadores, a ala liberal liderada pelo presidente Deng conseguiu abrir a economia do país, instituindo outras reformas internas consideradas importantes para a articulação da agenda de política externa, cujo objetivo principal seria “Desenvolvimento Pacífico”. Conforme a colocação de Vizentini (2011, p.132) “O melhor caminho para atingir esses objetivos seria implementar uma política de reformas econômicas internas, abrir o país ao dinamismo da revolução tecnológica”.

A reforma da década de 1970 também foi amplamente acompanhada de Revolução Científico-Tecnológica, e da industrialização pesada que condicionaram a um exponencial crescimento econômico do país ao longo das três últimas décadas. Após concluir as reformas internas, a China adotou uma postura da política externa pragmática, estimulando o diálogo nos fóruns multilaterais como forma de fortalecer as Instituições da Organização Internacional, por exemplo, a ONU, e a OMC, a qual tornou-se membro deste último a partir de 2001. Apesar de uma reforma bem-sucedida que levou o país à posição de segunda maior potência econômica do mundo, a característica da sua política externa permanece a mesma, uma política que prega a harmonia e coesão no sistema internacional que promove o crescimento e desenvolvimento entre os Estados. Segundo a concepção de Hung (2018) “a ascensão da República Popular da China no sistema internacional não cria uma nova ordem político-econômica como muitos esperam, mas faz a ordem atual mais fragmentada” (HUNG, 2018; DE OLIVEIRA JÚNIOR, 2014; SZUCKO, 2015, p.50;).

É interessante ressaltar a maneira como a RPC mantém sua postura comportamental no sistema internacional, como já havíamos mencionado acima, a gênese da política externa chinesa tem sido fortemente influenciada pela Filosofia Confuciana que rege as normas e padrões da convivência que estabelece a harmonia e homogeneidade de uma sociedade única (TELES; SOUZA, 2015). As mesmas condições são estendidas para a arena internacional, a colocação dos autores foi um pouco mais inerente quando se refere a questão da harmonia,

É a partir da grande difusão e aceitação da população, que o confucionismo se torna um elemento importante para a elaboração de políticas internas e externas da China. Tendo em vista a influência do Confucionismo para a consolidação da tradição chinesa, além da necessidade de desenvolver relações harmoniosas com países fronteiriços, no período Mao Zedong formulou-se cinco princípios para inserção internacional da China (TELES, SOUZA, 2015, p. 72).

A política externa da RPC é totalmente homogeneizada, ela apresenta a mesma característica da política doméstica, conforme a argumentação do Duqing (1990, p. 4) “A política interna e externa da China constitui um todo único. A construção e a paz, a reforma e a abertura, a salvaguarda da dignidade da nação chinesa e a insistência na igualdade entre os países grandes e pequenos nos assuntos internacionais são, no entender da China, unificados e inseparáveis um do outro”.

Em linhas gerais, a política externa da RPC pode ser resumida em dois pontos estratégicos: 1) a participação ativa do país nas organizações intergovernamentais; 2) desempenho nos diálogos multilaterais regionais das organizações não governamentais. De

acordo com Rodrigues (2011) a primeira estratégia pode ser chamada de diplomacia de *track I*, e a segunda de *track II*, ambas consideradas fundamentais por Pequim para expandir sua influência política na arena internacional.

A RPC procura ampliar o escopo dos cinco princípios da coexistência pacífica a partir da virada do milênio. A diplomacia dos anos 2000 traz nova configuração que torna a política externa da China muito sólida à preservação da paz mundial, e contraditório à hegemonia do sistema internacional. Conforme as palavras do Cônsul Geral Adjunto da República Popular da China em São Paulo, Chen Duqing, a nova política externa chinesa pode ser resumida nos seguintes pontos, a saber: a) Combater a hegemonia, defender a paz mundial, promover o desenvolvimento econômico, b) não diferenciação dos países, c) preservar a autonomia de suas política, d) independência total e não alinhamento estratégico ideológico, e) respeitar a soberania e integridade territorial (não agressão, não intervenção nos assuntos internos dos países, igualdade e benefício recíproco, e a coexistência pacífica), f) a expansão da cooperação Sul-Sul, g) oposição à corrida armamentista, h) política de abertura econômica, i) multilateralismo, e j) intercâmbio cultural, econômico e científico com todos os países, (DUQING, 1990, p. 2).

3. A FORMAÇÃO DO ESTADO BISSAU-GUINEENSE

Descoberta em 1445, a Guiné-Bissau foi invadida pelos portugueses que haviam se instalado no arquipélago de Cabo-Verde desde 1444, os navegadores chegaram aos fortes de Cacheu, região norte do país, e seguindo-se pelo litoral até chegar a ilha de Bissau - atual capital de Guiné-Bissau - onde estabeleceram primeiros contatos com o povo da etnia papel, os então habitantes daquela ilha. Em uma ocupação conjunta de dois territórios simultaneamente próximos um do outro (Cabo-Verde e Guiné-Bissau) - “Ocupação Colonial” do século XIX - o arquipélago de Cabo-Verde tornou-se o mais beneficiário em matérias de instrução educacional, obtendo escolas e nível da educação superior que a Guiné-Bissau, algo que causou no médio prazo dificuldade enormes no setor administrativo da sociedade Bissau-guineense (MONTEIRO, 2019, p.95).

Em consonância com a análise do Monteiro (2019), a ocupação colonial portuguesa tem sido um fardo pesado sobre os ombros do povo Bissau-guineense. A colonização eliminou todas possibilidades que poderiam despertar o sentimento ou espírito da revolução contra o regime colonial português. Exceto a educação primária, o governo colonial descartava qualquer possibilidade de uma educação superior que contribua para a formação de intelectuais nativos no território nacional. Mas buscava sobretudo, construir infraestruturas (estradas, aeroportos, portos) que o permitissem escoar produtos explorados para exportação, aplicando trabalho de mão-de-obra escrava. Direito à educação e formação de intelectuais que contribuem para o desenvolvimento humano foram desde muito cedo descartados pela colonização portuguesa na Guiné-Bissau.

Numa abordagem comparativa da colonização portuguesa e belga, Wallerstein (2005) trouxe algumas observações, quando afirma que,

A Bélgica contribuiu para a então colonizada sociedade congolosa construindo hospitais, escolas, rodovias e trilhos, consoante a necessidade do dia-a-dia daquela sociedade, ao passo que Portugal desenvolveu em suas colônias somente o que lhe era de interesse primordial, desconsiderando a necessidade da sociedade colonial (grifo nosso. WALLERSTEIN, 2005, p. 67-68).

3.1 O Processo da independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde

A inexistência das instituições educacionais dos níveis superiores nas colônias portuguesas da África, sobretudo na Guiné-Bissau, levava os Estudantes do Império Português (EIP) a darem o seguimento de sua formação superior na metrópole. Em razão disso, ainda na fase juvenil, Amílcar Cabral deixou a sua terra Natal (Guiné-Bissau) para seguir os estudos em Cabo Verde, onde cursou Ensino Médio, e depois prosseguiu-se para Lisboa e se integrou ao Instituto Superior de Agronomia (ISA). Amílcar Lopes Cabral nasceu em 12 de setembro de 1924 na cidade de Bafatá, região leste da (Guiné-Bissau), filho dos pais cabo-verdianos, que residiam no país em função do serviço do governo colonial (MONTEIRO, 2019, p.137).

Em Portugal, Amílcar Cabral teve oportunidade de encontrar colegas de outros países africanos que estavam estudando na metrópole: Agostinho Neto, Viriato da Cruz, Mário de Andrade, Alda do Espírito Santo e outros. Encontravam-se na Casa de Estudante do Império (CEI), lugar onde desenvolveram suas ideologias anti-colonial enquanto estudantes em Lisboa (SEMEDO, 2009). Após ter concluído sua formação, Amílcar Cabral voltou para Guiné-Bissau numa missão de serviço ao governo colonial, para realizar um levantamento de estudo de solo, e foi colocado como supervisor agrônomo na granja de Pessubé (antiga granja de Bissau). A volta de Cabral para Guiné-Bissau não se limitava apenas à sua função de engenheiro agrônomo, essa oportunidade, contudo, dava-lhe condições favoráveis para difundir sua ideologia em todo o território nacional, contra a dominação colonial (CARVALHO, 2016, p.33; MONTEIRO, 2019, p.145).

Antes do seu regresso à terra Natal, ainda em Lisboa, Cabral e os demais outros camaradas, criaram o Partido Africano para a Independência (PAI) enquanto estudantes universitários oriundos da colônia (CARVALHO, 2016, p.33). Em 1956, em plena função de seu cargo de engenheiro agrônomo, Cabral e outros camaradas fundaram o PAIGC, em substituição do antigo PAI, acrescentando na frente G e C (Guiné e Cabo Verde). O objetivo de Cabral era unir as forças necessárias enquanto dois países ligados pelo laço histórico, e dois povos oprimidos pela força colonial, para consagrar a independência como um só país. O líder do PAIGC não mediu esforço, contudo, buscou por intermédio de seu perfil carismático, passar uma visão homogênea da luta armada pela independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde, em meio à grande diversidade étnica e cultural que compõe as ambas sociedades, sobretudo o caso da Guiné-Bissau (MONTEIRO, 2019, p.169).

O PAIGC foi fundado em condição clandestina, isso porque, o governo colonial instalado em Bissau, monitorava qualquer ajuntamento de pessoas (reuniões), e também as organizações desportivas, com medo de que essas organizações possam despertar o sentimento anti-colonial, e concomitantemente, despertar uma suposta vontade revolucionária contra o governo colonial. O caminho percorrido pelos estrategistas do PAIGC no primeiro momento foi então, a criação de um clube desportivo, que visa unificar os filhos nativos da Guiné-Bissau e aqueles oriundos de Cabo-Verde, em uma única visão para a luta de libertação,

Foi nesse sentido que Amílcar Cabral, pouco depois da sua chegada em 1953, propôs a criação de uma organização desportiva e cultural, que abrangeria interesses dos filhos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde. Essa associação teria como objetivo oculto despertar os ideais nacionalistas entre os jovens bissau-guineenses e cabo-verdianos, sensibilizando-os para as excessivas opressões e injustiças a que estavam sujeitas as populações da Guiné e de Cabo Verde. Assim, seria denominado de Clube Desportivo, ou seja, associação desportiva e recreativa dos africanos, apresentado ao governo colonial para os fins da legalidade, sem, contudo, associar a imagem de Amílcar Cabral ao clube (MONTEIRO, 2019, p.140).

Num ambiente de discriminação e opressão do regime colonial, a luta pela libertação tornou-se cada vez necessária, os bissau-guineenses (nativos) viam-se em situação desfavorável em comparação aos cabo-verdianos (assimilados). Estes últimos ocupavam lugares de destaque na administração pública, deixando os bissau-guineenses em posição subalterna. Os Cabo-Verdianos tinham preparação acadêmica superior à dos nativos, eram mais preparados em termos de estudos e na execução do serviço administrativo, Cabo-Verde já tinha liceu no período pós-guerra, enquanto que na Guiné-Bissau havia somente escola primária, motivo que levou Amílcar Cabral por exemplo, após ter concluído ensino primário, seguir-se para cabo verde e posteriormente, para Portugal, onde frequentou ensino médio e superior respectivamente (MONTEIRO, 2019, p.137; SEMEDO, 2009).

No contexto do seu regresso à Guiné-Bissau, pela vontade própria ao serviço do governo colonial para fazer mapeamento agrícola, o líder do PAIGC aproveitou a oportunidade de circular o território nacional, deixando simples mensagem por todo lugar aonde havia passado, mensagens de reflexão que deixava o povo repensar sobre a dominação do sistema colonial, Cabral deixava claro que o povo não precisava ser governado pelo regime colonial, mas que a governança seja pela vontade e escolha do povo (CARVALHO, 2019, p.33).

Depois de ter concluído sua missão ao serviço do governo colonial, Cabral voltou para Portugal, estabelecendo contatos com vários líderes revolucionários mundiais, mantendo-se ativo nas conferências locais, regionais e mundiais. É importante frisar que foi a partir da

conferência realizada em Bandung em 1955, - conferência que reuniu os países de terceiro mundo com objetivos político e econômico - que Cabral estabeleceu contatos de forma pessoal com alguns parceiros (China, Cuba, Vietnã) que posteriormente o auxiliaram ao longo do período da luta armada de independência nacional (MONTEIRO, 2019, p.125).

A articulação da unidade de Guiné-Bissau e Cabo-Verde foi inspirada nos preceitos dos teóricos africanistas, tendo como base primordial, a “União da Força” para enfrentar a dominação colonial. A Guiné-Bissau, sendo palco onde decorria a guerra de libertação contava com mais de 30 grupos étnicos, cada uma destas etnias expressava dialeto diferente, o que dificultava muito a comunicação entre si e o ideal da construção da nação. Por outro lado, a unidade de Guiné-Bissau e Cabo-Verde foi desde o começo, uma tarefa desgastante e de difícil harmonização, além de serem países geograficamente diferentes, ambos apresentaram suas peculiaridades baseada na cultura, costumes e hábitos totalmente opostos. Mesmo Cabral tendo nascido na Guiné-Bissau, era vista como cabo-verdiano em razão do tom de sua pele clara. Havia forte divisão entre cabo-verdianos e bissau-guineenses, instigado pela autoridade colonial, como consta no texto abaixo,

É importante frisar que os funcionários administrativos eram na sua maioria reconhecidos pelo estatuto jurídico colonial de assimilados, visto que gozavam de certos privilégios em relação aos demais membros da população nativa, considerada “indígena” e desprovida da cultura portuguesa. Esse fato estabelecia, de forma automática, a diferença de *status* social que demarcava a identidade desses sujeitos. Tudo isso fazia parte da estratégia que visava a destruir a unidade das populações contra o regime, reforçando o ódio e as divisões étnicas. Vale lembrar que a política colonial portuguesa contava com dois grandes objetivos, que constituíam o principal eixo da colonização, a expansão da “raça” branca e a “civilização” dos nativos com base na educação e nos preceitos europeus (MONTEIRO, 2019, P.139).

Contudo, apesar do espírito divisionista cultivado no seio da sociedade dos grupos étnicos pelo regime colonial, Cabral passava a visão única, em que todas as etnias pudessem compreender na sua íntegra, a homogeneidade e objetivo de sua ideologia anticolonial. Vale ressaltar, que no período pré-luta de libertação nacional, existiam vários outros grupos desse movimento, os mais destacados foram: Frente de Libertação e Independência Nacional de Guiné (FLING), Movimento de Libertação de Guiné (MLG) e Frente de Libertação de Guiné e Cabo-Verde (FLGC).

O PAIGC sendo o partido principal que conduziu a luta armada, não a fez isoladamente, buscou sobretudo, ampliar sua esfera de colaboração com os demais grupos de movimento acima mencionados, unindo-se às forças necessárias para combater e extinguir o regime colonial em Guiné-Bissau e Cabo-Verde. De acordo com a colocação do Monteiro (2019, p.141), “Com a sua aguçada sensibilidade política, influenciado pelo ideário

pan-africanista, Amílcar Cabral compreendeu cedo que o sucesso do movimento nacionalista só seria possível caso se aliasse aos filhos da terra (Guiné-Bissau) ”.

No dia 3 de agosto de 1959, houve um massacre dos funcionários do porto de Bissau, também conhecido de (massacre de pindjiguiti), uma greve que envolvia os trabalhadores e estivadores de porto, que reivindicavam o aumento salarial, melhoramento de condições de trabalhos, e a diminuição do horário do serviço. Em resposta aos trabalhadores, o governo colonial através de força policial desencadeou uma ação contra os grevistas que resultou em dezenas de mortos, e centenas de feridos. O acontecimento foi repudiado imediatamente pela contestação popular, que se manifestou contra o ato do governo e das forças policiais (nesse período, Amílcar Cabral encontrava-se em Portugal). O massacre de Pindjiguiti foi considerado por alguns estudiosos como estopim que levou ação imediata para eclosão da guerra de libertação, como descreve Carvalho,

Depois do massacre no cais de Pindjiguiti realizado em Bissau pelas forças coloniais de repressão, em 3 de agosto de 1959, ele resolveu regressar à Guiné-Bissau, onde reuniu a direção do PAIGC para analisar a situação da luta no país. Ficou então decidido que o PAIGC deveria dar atenção prioritária à mobilização das populações rurais, com vista à preparação de condições para a passagem à luta armada, já que a repressão colonial havia demonstrado não admitir nenhuma velocidade de contestação legal ao sistema (CARVALHO, 2016, p.34).

A partir daquele momento em diante, a direção do PAIGC deslocou sua base para Guiné-Conacri, país vizinho onde, previamente, instalou sua sede diretiva durante todo o período em que perdurou a luta de libertação. O massacre de Pindjiguiti apesar de ter sido uma tragédia profunda à sociedade Bissau-guineense, convém ressaltar que foi a partir dele, que o PAIGC conseguiu número elevado de militância. A imagem negativa causada pelo governo colonial no ato do massacre sustentou o positivismo do PAIGC e aumentou a aderência do povo rural ao partido (MONTEIRO, 2019, p.157).

Em condições debilitadas do ponto de vista econômico e bélico, o PAIGC não hesitou em abrir confronto contra o regime colonial português. Em 23 de janeiro de 1963, a Guiné-Bissau e Cabo-Verde por intermédio do PAIGC começaram a guerra de libertação e da independência nacional. O partido conseguiu diversos apoios dos parceiros internacionais, a Tchecoslováquia providenciou munições ao PAIGC, a China por intermédio do Partido Comunista (PCC), concedeu a formação dos quadros do partido. Marrocos que também foi importantíssimo aliado do partido desde sua criação, prestou consideráveis apoios, como consta na argumentação,

O apoio do governo marroquino foi imprescindível na evolução e na organização da guerrilha, pois, com o abastecimento das armas nas frentes de luta, os guerrilheiros

tinham toda a estrutura para controlar os ataques das tropas coloniais contra as populações (MONTEIRO, 2019, P.167).

É interessante lembrar que o período pós Segunda Guerra-Mundial estava sob regime bipolar (Estados Unidos e União Soviética) onde as potências referidas defendiam suas crenças ideológicas, e difundindo-as pelo resto do mundo através de influência política, econômica e cultural. A guerra fria coincidiu com a emancipação dos países afro asiáticos, o que, na maioria das vezes, leva os países em processo da emancipação a receber apoio vindo dos Estados Unidos ou União Soviética em troca de adoção de sua ideologia.

O líder do PAIGC por seu turno adotava uma política híbrida, que permitisse sua indefinição quanta a sua posição ideológica, em consonância com argumentação de Carvalho (2016, p.36),

O PAIGC sempre mantinha (in) definição ideológica diante daquela conjuntura tanto quanto à tendência socialista como à capitalista, mas isso, a nosso ver, foi uma estratégia muito bem definida por seus líderes na época; o próprio Cabral (1977) negou o PAIGC como uma organização socialista”.

Um ano após o início da guerra de libertação, o PAIGC reestruturou a sua base funcional dividindo funções e papel da liderança no seu I Congresso, também chamado de “Congresso de Cassacá” (CC). A realização do CC deve-se à atrocidade que estava sendo cometido pelos guerrilheiros do PAIGC contra a população nas aldeias. Havia um nível de superstição muito grande com as pessoas idosas, ou que eram acusadas de prática de feitiçaria nas comunidades, as vítimas eram julgadas pelos líderes da guerrilha com base nas leis tradicionais, que regia as comunidades, eram fuzilados na frente de suas esposas e filhos.

A prática revela o abuso de poder que se estabelecia contra a população, bem como desvios dos princípios da luta e da conduta por parte de alguns dirigentes do partido. O objetivo principal desta prática era nada mais que satisfazer a concupiscência da vontade de chefes guerrilheiros. Como diz Monteiro, “os abusos cometidos pelos guerrilheiros constavam represálias às acusações de feitiçaria, seguida de assassinatos, estupros de mulheres, maus-tratos etc”. Ao saber daquela prática, Amílcar Cabral convocou de imediato o CC numa das zonas libertadas e controladas pelo PAIGC, como consta na testemunha de Lopes (2011):

O Congresso de Cassacá foi organizado para discutir a questão da feitiçaria. Muitos combatentes acusavam os homens da tabanca de feitiçaria, quem fosse acusado era fuzilado e o acusador casava com a mulher do acusado. Cabral foi avisado sobre o ato. Imediatamente ele organizou o congresso de Cassacá. Uma das decisões do congresso era mandar matar os combatentes que acusam outros de feitiçaria, efetuar prisões e transferências dos acusados (MONTEIRO, 2019, P.174; apud LOPES, 2011).

Além disso, o CC colocou em sua pauta as discussões das diretrizes e a estratégia de condução da luta armada, estabelecendo as três frentes de batalha, (norte, sul e leste), instituindo comandantes responsáveis em conduzir nestas regiões, as guerrilhas contra as forças portuguesas. Foi a partir do CC que o PAIGC firmou pela primeira vez, a sua responsabilidade de administrar as zonas libertadas, prestando serviço público básico à sua população (atendimento médico, a construção das escolas para educação dos filhos dos combatentes) como também a construção de Armazém Do Povo (ADP), para estoque dos produtos de primeira necessidade (MONTEIRO, 2019, p.189).

É importante ressaltar que o CC deixou legado importantíssimo para a classe castrense, enaltecendo desta maneira a prerrogativa militar na esfera da decisão política do Estado bissau-guineense, através do seu artigo quinto (5) da constituição da república. Também foi criado o Conselho Superior da Guerra (CSG), órgão responsável para administrar o conflito e reestruturar os guerrilheiros, Comitê Executivo de Luta (CEL), e a formação do Conselho Executivo Permanente (CEP), do PAIGC (DJAU, 2017; MONTEIRO, 2019, p.174).

O projeto da construção do Estado binacional, inspirado nos ideais africanistas por Amílcar Cabral, tornou cada vez mais difícil a sua consolidação para o caso da Guiné-Bissau e Cabo-Verde. Depois da realização do primeiro congresso do partido (CC), cresceu a divisão dentro do PAIGC, os cabo-verdianos continuaram como sempre a ocupar lugares-chaves na administração burocrática que os garantam a prerrogativa de mando, enquanto que bissau-guineenses, mesmo sendo maioria no partido, eram subalternizados, em posições de menor destaque, destinados a compor o corpo de exército que iam na linha de frente. O domínio cabo-verdiano na liderança suscitou crise de autoridade e de desconfiança no seio do partido. Enquanto Amílcar Cabral liderava o PAIGC, as crises não apresentaram uma força ao ponto de rescindir a visão unidimensional da luta armada, manteve sempre sua influência carismática, fazer prevalecer a vontade e espírito da unidade que havia sido construído desde o começo da unidade (DJAU, 2017; MONTEIRO, 2019).

Num clima intenso de desconfiança como mencionado acima, suscitou-se as querelas entre os que apoiam a política da unidade de Guiné-Bissau e Cabo-Verde, e os que estão contra a perspectiva da consolidação do Estado binacional. Frente a essa ambivalência, Amílcar Cabral foi assassinado no dia 20 de janeiro de 1973 na sua residência na Guiné-Conacri, por um grupo de pessoas armadas e desconhecidas. A sua morte suscita muita desconfiança dos possíveis envolvidos, mas nunca se tenha uma certeza clara, que comprove o envolvimento de tais pessoas suspeitas em participar no plano que originou a sua morte.

Acusações estas, por ora recaem sobre o presidente da Guiné-Conacri Ahmed Sékou Touré - que havia disponibilizado sua fronteira para instalação de base do PAIGC durante a luta de libertação - que planejava executar um projeto ambicioso que lhe permitiria construir uma só nação “Grande Guiné” unificando a Guiné-Bissau e Gâmbia a Guiné-Conacri. Outrora, a Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) do governo português é também suspeito de ter envolvido na morte de Cabral, em colaboração com alguns membros do partido, que não pactuam com a sua ideologia (CARVALHO, 2016; MONTEIRO, 2019, p.214).

A falta de documentos comprobatórios do assassinato tornou difícil a identificação dos réus envolvidos na sua morte, não se sabe com veemência quem são responsáveis e muito menos julgá-los pela sua impunidade. Em setembro do mesmo ano, o PAIGC proclamou a independência unilateralmente em Boe, leste da Guiné-Bissau. A proclamação não foi reconhecida no primeiro momento pelo governo colonial português, porém, o PAIGC alcançou status de reconhecimento internacionalmente pela Organização das Nações Unidas (ONU), e outros países parceiros. A proclamação unilateral visa sobretudo, uma estratégia usada pelo partido como forma de pressionar por intermédio da comunidade internacional, o abandono imediato de Portugal na Guiné-Bissau e Cabo-Verde, como observa Carvalho,

A atitude do PAIGC em decidir unilateralmente proclamar a independência era apenas uma estratégia política no âmbito externo para demonstrar à comunidade internacional que tinha controle sobre parte considerável do território e que Portugal seria pressionado a reconhecer Guiné-Bissau e Cabo-Verde como Estados independentes (CARVALHO, 2016, p.42).

Um ano após a proclamação unilateral do PAIGC, somente em 10 de outubro de 1974 quando finalmente, o governo português reconheceu a independência de Guiné-Bissau e Cabo-Verde. É interessante ressaltar, que este reconhecimento se deve à pressão interna desencadeada pela Revolução que se dava nos países de sul da Europa, e em caso específico de Portugal, cujo regime era totalitário, e que chegou ao seu ápice com a Revolução dos Cravos (RC) em 1975, quando o regime salazarista foi absolutamente abolido (CARVALHO, 2016, p.50).

Meses antes da proclamação da independência da república, o PAIGC convocou o II Congresso no interior do território libertado, entre os dias 18 e 22 de julho de 1973, com objetivo de reestruturar o partido, e eleger um membro que substituiria o lugar de Cabral. Também foi a partir do II Congresso que foi decidida a convocação da eleição de uma Assembleia Nacional Popular (ANP), entre os habitantes e sob controle nacionalista, realizada

em “agosto e outubro de 1973” que contou com mais de 82.000 eleitores que apoiaram unanimemente, a lista única do PAIGC (CARVALHO, 2016, p.38-39).

3.2 A desintegração do Estado binacional

A unidade de Guiné-Bissau e Cabo Verde foi um projeto de longa data, sua repercussão se dava na tentativa de uma união orgânica, que ligaria os dois povos, que se viam idênticos aos traços históricos colonialistas. A abertura do tráfico negreiro no atlântico tornou o arquipélago de Cabo Verde num interposto português dos escravos retirados da costa ocidental africana, como aponta Carvalho,

Essa fase começou a ser arquitetada pelos portugueses nos primórdios da colonização, quando começaram a levar habitantes da costa ocidental africana para o arquipélago de Cabo Verde, em função, principalmente, do tráfico negreiro (CARVALHO, 2020, p.137).

A interligação por intermédio do tráfico de escravo realçou proximidade entre os dois países, Amílcar Cabral e outros companheiros foram o resultado dessa tentativa da união orgânica, apesar de ter nascido no solo guineense, os pais eram cabo-verdianos que viviam no continente em função do serviço do governo português. Somente a partir de 1956, com a criação do PAIGC que a unidade dos dois povos se tornaram oficialmente reconhecidos - por mais que seja uma unidade virada à questão da guerra e da libertação do jugo colonial - (CARVALHO, 2020, p.138).

Uma das principais razões motivadoras da desintegração do projeto binacional entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde consiste em questões políticas interpretativas do novo colonialismo articulado de maneira sutil por parte dos dirigentes cabo-verdianos. Uma das principais razões da crítica era o desequilíbrio de poder na administração pública, aos Bissau-guineenses radicados em Cabo Verde são negados pela constituição cabo verdiana o direito de ocupar altos cargos públicos, enquanto que a constituição na Guiné-Bissau foi alterada, favorecendo os cabo verdianos a adquirir altos cargos na administração pública, como observa no texto abaixo,

Em Cabo Verde a Constituição não permitia a um guineense ser Presidente, o texto da Guiné-Bissau foi elaborado de forma a permitir que um cabo-verdiano fosse presidente e permitia que a pena de morte tivesse apenas em Guiné-Bissau e não em Cabo Verde. Esses e outros fatos conduziram o país à sua primeira mudança constitucional de 1980 (CARVALHO, 2020, p.141).

Devido a tais alegações de desvantagem, como já mencionamos acima, os dirigentes Bissau-guineenses chegaram à conclusão de que, a unidade com o arquipélago não passaria de uma nova dominação, a qual tem sido o motivo de 11 meses de uma ferrenha luta contra o colonialismo português. Dada a essa certeza, o comandante de brigada Chefe do Estado Maior

João Bernardo Vieira, formou o Movimento Reajustador (1980) para interromper o avanço neocolonial, derrubando assim, o então presidente Luís Cabral e assumindo o seu lugar (MONTEIRO, 2019, p.256). O golpe foi uma reação explícita da insatisfação da unidade, e que colocou o fim da relação entre os dois países, como pode observar nas trocas de dois líderes após golpe:

Nino Vieira

[...]. Estamos prontos e abertos para discussões com o camarada secretário-geral sobre os acontecimentos de 14 de novembro e a continuação da obra que nos legou Amílcar Cabral. Qualquer tentativa de influenciar a nossa marcha será categoricamente rejeitada e o camarada secretário-geral poderá daí tirar as conclusões que entender.

Aristides Maria Pereira

[...] sendo assim, pensamos que é tempo de cada um assumir de fato a sua responsabilidade frente ao seu povo, à África e à história. Nem os dirigentes de Cabo Verde, nem o povo cabo-verdiano vão tolerar que se pretenda, através de manobras de diversão e de uma sistemática intoxicação demagógica, atribuir-lhe não só pela situação criada na Guiné, mas também pelas consequências do golpe de Estado na vida do partido e no projeto da unidade, que incumbem unicamente aos dirigentes e responsáveis nacionais da Guiné-Bissau. Somos obrigados a nos demarcarmos claramente de toda a confusão política e ideológica e de qualquer demagogia (CARVALHO Apud SEMEDO, 2009, p. 60-61).

A troca de mensagens por intermédio da carta, o João Bernardo Vieira (autor de golpe) e o Aristides Maria Pereira secretário geral do PAIGC (presidente de Cabo Verde) não chegaram ao entendimento, para restabelecer a confiança e o projeto da unidade nacional. Os dois países não tinham conforto nesta ligação, o golpe de Estado foi apenas um estopim que serviria de desculpas para se afastarem do outro. Em resposta ao golpe, segundo Carvalho (2020, p.145) “Em Cabo Verde, os separatistas foram mais radicais, e decidiram logo em janeiro de 1981 alterar a sigla PAIGC para PAICV, mantendo os símbolos como a Bandeira e Hino Nacional que, após a abertura política e primeira alteração no poder no início dos anos 1990 foram mudados”.

3.3 Papel do PAIGC como partido único

Antes de aprofundarmos a nossa análise sobre o papel do PAIGC pós-independência, há uma pergunta que se faz: o PAIGC foi realmente criado para lidar com questões políticas burocráticas do Estado? Para responder esta pergunta, é necessário voltarmos a fim de compreender o contexto histórico que antecedeu a sua criação. Num período em que a discriminação racial contra os povos dominados (Bissau-guineense/Cabo-verdianos) tornou-se evidente na sociedade - ora acompanhado de opressão do governo colonial - Cabral e demais camaradas decidiram criar um partido que visava defender a causa da população mediante a opressão colonial que se imperava na sociedade (MONTEIRO, 2019). As

negociações foram em primeiro momento, levadas em consideração para chegar a um acordo pacífico, porém, não almejam o resultado esperado, uma das alternativas do PAIGC foi empregar a força. O partido passa a ganhar desde então, uma formação virada às questões de defesa e segurança, ficou nítida na colocação do Monteiro (2019), quando observou o seguinte:

É nessa perspectiva, de preparação para desencadear a luta armada, que vão se traçar prioridades da luta que residem exclusivamente na preparação técnica e militar dos combatentes, englobando assim a formação de quadros, aspectos imprescindíveis para a constituição de um movimento verdadeiramente nacional (MONTEIRO, 2019, p.156).

Em consonância com a observação de Carvalho (2016), a criação do partido foi baseada numa tentativa de responder às expectativas do interesse do povo, em perspectiva de uma visão militarizada. A necessidade era imensa, precisava-se, no entanto, de uma solução urgente que pudesse amenizar o sofrimento do povo. Além de manter foco principal em questões de segurança e defesa da população, o PAIGC ocupou-se de outras tarefas, compreendidas como função iminente do Estado, o partido via-se responsável em executar atividades burocráticas institucionais.

Depois de ter proclamado a independência, o PAIGC elegeu Luís Cabral - meio-irmão de Amílcar Cabral - como presidente da república da Guiné-Bissau e Cabo-Verde, sendo o primeiro presidente da história destes países. A antiga rivalidade que existia dentro do partido fortaleceu-se depois do assassinato de Cabral, a predominância cabo-verdiana em posições-chaves continuou sendo problema catalisador, os Bissau-guineenses viram esta predominância como a segunda dominação colonial que precisava ser combatido e assim eliminado dentro da sociedade (MONTEIRO, 2019, p.256). A situação levou em 1980, o chamado “Movimento Reajustador” (MR), liderado pelo Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), João Bernardo Vieira, vulgo (Nino), através de uma operação militar que incitou golpe de Estado, derrubando o presidente e colocando fim o projeto da construção do Estado binacional (CÁ, 2015, P.45-46; CARVALHO, 2016).

Após um golpe bem-sucedido, João Bernardo Vieira assumiu o cargo de presidente da República da Guiné-Bissau - o segundo da história do país - se encarregava simultaneamente de várias pastas, por exemplo, a liderança do partido, e chefe da CEMGFA. Ao longo deste período, multiplicou-se a presença militar nos cargos políticos, como observa Djau (2017),

As primeiras alterações constitucionais feitas depois do golpe de 1980 reforçaram ainda mais os poderes das elites militares. As mudanças concebidas não só possibilitaram aos superiores militares certas regalias, como também reforçaram a interferência destes nos assuntos do Estado, possibilitando assim a participação e formação de uma elite militar preocupada com as questões específicas dos assuntos civis, com traços acentuadamente autoritários.

A ascensão de João Bernardo Vieira ao poder causou certas mudanças no regime político, o país passou a adotar um regime ao modelo socialista, instaurando sistema monolítico, e proclamando o PAIGC como partido único. Direitos políticos, a liberdade de imprensa e/ou expressão e Direitos Humanos (DH) foram abolidos radicalmente pelo governo, que era composto majoritariamente por militares (DJAU, 2017; GOMES, 2010).

É interessante sublinhar que a partir do período em que se deu o golpe, a ditadura não foi imediatamente instaurada, foram feitos alguns ajustes considerados necessários e prioritário, como a separação da soberania com Cabo Verde. Somente em 1984 que o país literalmente converteu-se em um regime da ditadura propriamente dito, o parlamento foi abolido e a concentração do poder passa ligeiramente para as mãos do presidente. A vigência da ditadura na Guiné-Bissau prolongou-se até o começo da década de 1990, quando finalmente, a democracia entrou no país, e os princípios democráticos são aceitos pelo governo do PAIGC, especificamente em 1994 quando realizou-se primeira eleição democrática e multipartidária (GOMES, 2010).

4. LAÇOS DE APROXIMAÇÃO CHINA E ÁFRICA, BISSAU E PEQUIM

4.1 As relações de proximidade entre a China e o continente africano

De uma maneira justa e necessária, não podemos começar a nossa abordagem investigando a relação da Guiné-Bissau e a República Popular da China sem primeiro, contextualizar os laços históricos que envolvem o país asiático com o continente como um todo. Em outras palavras, vale ressaltar que antes de qualquer tipo de relação singular (bilateral) que a China vinha manter com países africanos, a sua aproximação foi baseada primeiramente, numa perspectiva continental (OURIQUES, 2014, p.23).

A relação sino-africana remonta desde o período após a revolução chinesa de 1949, quando se tornou independente da dominação colonial japonês, e criou-se a República Popular da China (RPC). Ao longo da sua vigência como presidente, Mao Tsé Tung buscou aproximar-se do continente africano, aprofundando relações em diferentes domínios, prestando apoio aos Movimentos de Libertação existentes em vários países (GONÇALVES, 2018). É importante frisar que neste período, a maior parte do continente africano ainda estava sob a dominação colonial, muitos países nesse momento - exceto África do Sul, Etiópia e Libéria que eram únicos em condições de países independente em todo o continente - sequer

começaram o processo da luta de libertação nacional, como no caso específico da Guiné-Bissau (RYSYDYK, 2010, p.17).

Pode-se identificar quatro períodos importantes que caracterizam a relação sino-africana: 1) A revolução de 1949; 2) a reforma econômica e abertura da economia chinesa em 1978; 3) A visita do presidente Jiang Zemin à África em 1996; e 4) A realização do primeiro encontro ministerial do Fórum da Cooperação China e África (FOCAC) em 2000. Após ter consolidado sua soberania em 1949, o governo comunista empenhou-se em fornecer apoio ao continente africano que ainda estava subjugado pelo colonialismo, estabelecendo contatos com vários Movimentos de Libertação em diferentes países e, sobretudo, o PAIGC que ao longo da luta armada alcançou apoio expressivo da parte do PCC.

Depois da morte do presidente Mao Tsé Tung em 1976, diminuiu apoio que era destinado aos países Africanos, por duas razões: 1) a maioria dos países já tinha alcançado sua independência; 2) Deng Xiaoping, sucessor do Mao Tsé Tung estabeleceu uma nova guinada da política chinesa, concentrando-a mais para resolver problema interno do país, principalmente a reforma econômica que começou no final dos anos setenta (OURIQUES, 2014; RYSYDYK, 2020, p.17-19).

O segundo período, refere-se a reforma implementada pelo governo comunista chinês, visando abrir a economia, implementar a reforma agrária e modernizar suas indústrias pesadas, como também aprimorar a ciência das novas tecnologias. Ao longo da reforma econômica, a China perdeu contato com a África, é importante situar que naquele período havia forte presença dos EUA e da URSS - em função da Guerra Fria - que consideravam a região como estratégica para difusão das suas ideologias. Não obstante, os primeiros sintomas da queda da URSS diminuiram o financiamento para a região, da mesma forma os EUA e os seus aliados reduziram sua estimativa orçamentária para o continente, e a região perdeu a importância estratégica que tinha no passado. Somente depois de ter concluído a reforma a partir dos anos noventa, que a China voltou a reatar sua relação já existente com o continente africano (OURIQUES, 2014; RYSYDYK, 2020; VIZENTINI, 2005).

O terceiro período é caracterizado pelo alto nível da relação sino-africana, com a visita oficial do presidente Jiang Zemin ao continente africano em 1996. Foi a partir desta visita que se estabeleceu a ideia para a criação do Fórum de Cooperação China e África, com objetivo de fomentar o diálogo revitalizando e fortalecendo a relação sino-africana. A visita do presidente enalteceu o compromisso que o país asiático mantém com a África e sobretudo no seu engajamento na cooperação Sul-Sul (RYSYDYK, 2020, p.29).

O quarto período é caracterizado pela virada do novo milênio com atributos que enaltecem a relação sino-africana. A China e os países africanos decidiram criar o FOCAC que visa ampliar a margem de diálogo para um desenvolvimento sustentável. A primeira cimeira ministerial do FOCAC foi realizada em 2000 na cidade de Pequim, contou com abertura do presidente Jiang Zemin, e com a participação de três chefes de Estado de 44 países africanos presentes. A sequência do fórum acontece no intervalo de três em três anos e 2021 será a décima edição do FOCAC. Apesar de ter firmado uma boa relação com o continente, existem cinco países que não integram esta cooperação: Burkina Faso, Gâmbia, Malawi, São Tomé e Príncipe e Essuatíni antiga (Suazilândia) (RYSYDYK, 2020, p.29; ZEGO, 2010).

O ex- primeiro ministro chinês, Zhou Enlai - considerado um dos mais importante figura diplomática da história chinesa - elaborou em 1953 os cinco princípios que norteiam a política externa chinesa. Na vigência da conferência de Bandung como havíamos mencionado no capítulo anterior, os cinco princípios foram apresentados à todos os países presentes, reforçando a posição e a vontade da china em estreitar relações Sul-Sul, especificamente com os países africanos (OURIQUES, 2014; RYSYDYK, 2010).

Alguns estudiosos apontam a conferência de Bandung como marco da consolidação da relação sino-africano, pois, foi a partir dela que o país asiático - através do Partido Comunista Chinês- estabeleceu forte relações com vários países africanos que estavam ou não envolvidos no processo inicial da luta de libertação. No caso específico da Guiné-Bissau, a ajuda chinesa foi evidente durante a guerra de libertação, a China concedeu treinamento técnico na área de saúde além de apoio político. Segundo Sousa (2020), a conferência de Bandung estreitou laços de aproximação que impulsionaram de uma maneira decisiva, o interesse de cooperação entre a China e a África. A China se dispõe integralmente em apoiar países afro-asiáticos na luta contra o colonialismo e imperialismo, um país que outrora também experimentou a mesma história da subjugação colonial europeia e nipônica, serviu de exemplo para os países em situação semelhante, como os da África e em especial, a Guiné-Bissau. Segundo a colocação de Raine,

The conference led the CPC and the Chinese leadership to lend their political, military and economic support to the national liberation struggle. China organised the first Afro-Asian Solidarity Conference, in 1957, and three years later it established the Chinese-African Peoples' Friendship Association (SOUSA apud RAINE, 2020).

Entre 1960-1970, a política de assistência chinesa aos países estrangeiro, sobretudo os da África, era guiada por dois fatores: 1) a deterioração do relacionamento sino-soviético e 2)

a necessidade de garantir - em Organizações Internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU²) por intermédio de votos - a não reconhecimento de Taiwan como país independente da China. Aliás, a China desde o primeiro momento da relação com a África, a única exigência imposta à toda nação africana foi de honrar o compromisso de não reconhecer a Taiwan como um país independente e muito menos estabelecer relações diplomáticas com ela (RYSZYK, 2020, p.19).

A presença chinesa na África é fortemente questionada nas academias ocidentais, com debates envolvendo estudiosos e analistas. Alguns estudos apontam que a presença chinesa no continente africano não passa de uma mera exploração baseada no neocolonialismo. Os países ocidentais, sobretudo os EUA e as antigas detentoras das possessões coloniais (França, Reino Unido, Bélgica, Portugal) consideram o tratamento da política externa chinesa no continente como uma nova forma de dominação, alegando o descumprimento de normas que regem o sistema internacional (OURIQUES, SCHMIDT, 2015).

Em seu argumento, a China estabeleceu relações com países cujo regime é totalitário/pária, que viola os direitos humanos e ou, que se encontra em estado de instabilidade (guerra civil, golpe, corrupção etc.). Além disso, grande volume de empréstimo concedido aos Estados africanos é considerado uma armadilha para endividamento da África, a presença chinesa no continente incentiva a primarização da pauta exportadora e a desindustrialização africana, com intuito de causar a dependência da África ainda maior num longo prazo (OURIQUES, SCHMIDT, 2015, p.43).

Ainda segundo a colocação dos autores (2015), existe dentro da academia um outro grupo que apoia a relação sino-africana. A presença chinesa na África aumentou significativamente desde o momento em que as potências europeias incluindo os Estados Unidos deixaram o vácuo naquela região. Esse espaço deixado pelo ocidente, que sempre exige aos países africanos um certo nível de democratização como requisito básico para conseguir financiamento nas instituições internacionais, segundo Ouriques (2014) foi rapidamente preenchido pela China.

A burocracia que outrora, é usada como forma de sancionar os países não democráticos ou que descumprem as regras institucionais liberais, como por exemplo FMI,³

² A ONU foi criada no dia 24 de outubro de 1945 após o fim da II Guerra Mundial, assinaram inicialmente a Carta das Nações Unidas 50 países, excluindo os países que faziam parte do eixo. A criação da ONU foi a segunda tentativa de estabelecer a união entre as nações após a fracassada tentativa do tratado de Versalhes que originou a criação da Sociedade das Nações (SDN) logo depois da I Guerra Mundial. É a maior instituição que regulamente as normas de convivência entre as nações.

³ O FMI é a principal agência financeira internacional a qual os países se recorrem para efetuar empréstimos financeiros, em caso da economia se colapsar ou entrarem em crise.

BM⁴, que exige reforma e abertura econômica antes de conceder qualquer apoio financeiro, foi abolida na ótica chinesa. Não importa a crença ideológica que o país se identifica, a China realiza empréstimos sem juros e ou com juros baixos a ser pago em longo prazo (OURIQUES, 2014; RYSDYK, 2020, p.19; OURIQUES, SCHMIDT, 2015, p.43-46).

A política externa chinesa mantém os princípios favoráveis para o acesso de recursos sem burocracia com os parceiros africanos. De acordo com argumentação de Zego (2010, p.26) O Eximbank da China opera de forma diferente das normas de exportação de crédito vigente nas economias da OECD⁵. Como um banco estatal, o Eximbank⁶ chinês financia projetos, geralmente, ligados a objetivos políticos. Oficialmente o Governo chinês foca no desenvolvimento da agricultura, infraestruturas, treinamento de recursos humanos e cooperação na área da saúde. Os governos africanos se sentem seguros em relação ao pagamento da dívida, de acordo com García (2019),

A delirante teoria de que a China está forçando os países africanos a se endividar acima de suas possibilidades, para mantê-los e dominados, numa espécie de neocolonialismo, se desmonta sozinha, quando Pequim anunciou medidas como a de estender o prazo de pagamento a Angola de 10 a 30 anos, com o fim de não arrebentar a economia do seu sócio. Desde que a China começou a investir seriamente na África subsaariana, no começo deste século, o PIB do subcontinente saltou de 378 bilhões de dólares a 1,8 trilhão (em 2014), seu melhor momento histórico. A renda média per capita aumentou de 531 dólares (ano 2000) a 1803 dólares (também em 2014).

De acordo com Carvalho (2016), a política adotada pelo Fundo Monetário Internacional, no que diz respeito à concessão de empréstimo aos países periféricos, é considerada extremamente dura, no sentido de que há regras que não podem ser alteradas. Por exemplo, um país pode pegar empréstimo do FMI, com juros flutuante, para pagar em 10 anos, se o país consegue obter resultado bom no crescimento de sua economia e quer pagar a dívida nos primeiros cinco anos, o FMI rejeita a proposta antecipada, e obriga o país a guardar até completar 10 anos de contrato, assim, para ganhar porcentagem de juros. Política totalmente diferente com a da China, que busca sobretudo, conceder empréstimos considerando a necessidade do país, baseado no princípio de respeito e igualdade mútuo. A política externa de Pequim passa a ganhar maior credibilidade, e chama atenção dos líderes africanos com expressa vontade em ampliar as relações, como consta no escrito abaixo:

⁴ O BM é a principal instituição responsável em financiar os projetos de desenvolvimento entre os países.

⁵ O CDE é a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, uma organização intergovernamental com 37 países membros, fundada em 1961 para estimular o progresso econômico e o comércio mundial.

⁶ O Eximbank é um banco de importação e exportação, que objetiva prestar apoio às empresas nacionais nas suas atividades de compra e venda fora do país. É naturalmente conhecido como banco dos Estados Unidos que prestou muita assistência financeira aos países latino-americanos durante a disseminação do Consenso de Washington. Hoje muitos países obtêm seus próprios Eximbank, como por exemplo, o caso da China.

A maior parte dos governos de países africanos vê grandes vantagens em fortalecer os laços com a China, pois, além da disposição em investir na construção das estradas, hospitais, pontes, escolas, ferrovias, estádios, e portos e de assinar acordos bilaterais para o cancelamento de dívidas, o governo chinês, ao contrário de entidades multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, dispõe-se a realizar os investimentos sem condicioná-los a mudanças na política interna dos países (democracia, direitos humanos, etc.). A única condição política imposta pelos chineses é o não reconhecimento de Taiwan como nação independente (RYSZYK, 2020, p.12).

A relação sino-africana vai além das questões políticas, um dos interesses da China para África está ligada fortemente à questão econômica desde a reforma da década de 1970 imposta pelo presidente Deng Xiaoping. A partir da reforma econômica, impulsionada pela abertura do mercado, a economia chinesa vem crescendo constantemente em porcentagens maiores, o alto índice do crescimento desencadeou demanda interna de matérias-primas para sustentar o Boom do crescimento da economia.

O crescimento acelerado desencadeou alta demanda interna do consumo energético, o que levou a China a ampliar sua margem de estoque de derivados de petróleo para sustentar crescimento ao longo prazo. Até década de 70, a China era maior exportador de petróleo do sudeste asiático, após reforma a economia cresceu, e aumentou a demanda substancialmente, o país hoje passa de maior exportador para segundo maior importador e consumidor do petróleo do mundo apenas, atrás dos Estados Unidos (OURIQUES, 2014, p.30; RYSZYK, 2010, p.17).

Além do petróleo, a China procura outras matérias-primas - ouro, diamante, pedras preciosas, madeiras, pescados etc. - para sustentar o crescimento industrial. A China também procura no continente africano um mercado consumidor de seus produtos manufaturados com preço acessível e favorável a toda camada social. As mercadorias chinesas são mais baratas quando comparadas às de outras nações parceiras da África, por razões da sua política de desvalorização cambial que lhe torna mais competitiva no mercado internacional. O incentivo do governo para investir no setor privado instiga a presença das empresas privadas chinesas na África, aumentando dessa maneira, o nível de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) no continente (OURIQUES, 2014, p.39-42; RYSZYK, 2010, p.29).

Segundo a colocação de García (2019), “Até 2009, o investimento direto da China no continente era de 48 bilhões de dólares, na última década esse valor saltou para 251 bilhões”. Não obstante, a mesma análise foi feita por Pautasso (2020), quando trouxe os dados de últimas três décadas, analisando o nível de interação econômica entre a China e a África,

Se em 1996 o fluxo comercial era de US \$4 bilhões, em 2000 já chegava a US \$10 bilhões, e mais contemporaneamente, em 2018, em quase US \$185 bilhões. Os investimentos externos diretos (IED) chineses na África vêm aumentando constantemente, entre 2003 e 2018, o número passou de US \$75 milhões para US \$5,4 bilhões. Entre 2003 e 2015, a *ajuda ao desenvolvimento* prestada pela China ao continente africano aumentou constantemente, passando de US \$631 milhões em 2003 para quase US \$3,3 bilhões em 2018 (PAUTASSO, 2020, p.?).

No final da década de 80, a China correu risco de isolamento pelo ocidente após o massacre da praça da paz celestial “Tiananmen⁷” de 1989, onde milhares de manifestantes foram assassinados, e o ato foi condenado pela comunidade internacional. A China precisava de apoio político para superar esta fase crítica na qual se encontrava, principalmente na assembleia das Nações Unidas. Para a China os países africanos sempre foram estratégicos tanto no ponto de vista político, econômico quanto social para o seu desenvolvimento. A obtenção da cadeira permanente no conselho de segurança da ONU foi graças ao apoio de votos dos países africanos (OURIQUES, SCHMIDT, 2015, p.39).

4.2 As Relações e aproximação entre Bissau e Pequim

Os primeiros indícios da relação entre a Guiné-Bissau e a República Popular da China - ainda que em condições informais no sentido de que a Guiné-Bissau não havia tido a independência para ser reconhecido como país - foram estabelecidos a partir da Conferência de Bandung (1955), onde o líder do PAIGC desfrutou de oportunidade de encontrar pessoalmente vários líderes revolucionários anti-imperialista, como por exemplo, Ho Chi minh (Vietnã), e Mao Tsé Tung (China). Apesar desse encontro, a relação sino-guineense não passava de uma relação informal, a China se compromete em apoiar na medida do possível, Amílcar Cabral e guerrilheiros do partido na luta contra o colonialismo português (SOUSA, 2020).

Ao longo do processo da luta de libertação nacional, Cabral firmou boas relações com diversos países, construindo uma imagem positiva para nova guinada da política externa pós-independência. Porém, a sua morte tornou o sonho um pouco distante da realidade, a luta

⁷ **Tiananmen** foi um dos maiores protestos da história contemporânea chinesa, integrava o movimento estudantil e demais grupos de sociedade civil à um protesto contra o governo nacional (PCC) alegando a forte intervenção do Estado na economia, como também exigindo reformas em vários setores, incluindo a política. A manifestação culminou com um massacre autorizado pelo governo que acionou forças de defesa e segurança contra os manifestantes. Os manifestantes protestavam a favor da igualdade social, liberdade de imprensa, a radicalização da inflação que o país atravessava, e entre outros pontos. No decorrer do ato, o governo comunista chinês proibiu qualquer imprensa estrangeira a exercer atividade de cobertura de informação, a única imprensa dispensada a fazer cobertura era a imprensa do governo local. A manifestação durou quase dois meses (15 de abril - 4 de junho de 1989).

pelo poder no partido como havíamos comentado antes, foi desgastante para elaboradores da política externa bissau-guineense, como também manter a imagem positiva que ele havia conquistado. Os primeiros anos da independência foi um pouco paradoxo no sentido de que, a Guiné-Bissau estabelece relações diplomáticas com diferentes países e ao mesmo tempo, perdeu outras, como no caso de (Holanda, Suécia) que alegaram o distanciamento por motivos do golpe incitado pelo Movimento Reajustador dos anos 80 (CARVALHO, apud APOLINÁRIO, 2011).

Após a independência a Guiné-Bissau mergulhou-se em uma profunda instabilidade política, com dificuldade enorme de adaptar-se à nova conjuntura e adequar à capacidade de lidar com a administração burocrática estatal, conforme argumenta Apolinário (2011, p. 61):

A evolução crítica da sua situação política ao longo deste período mantém o país sob um forte escrutínio internacional que levou à imposição das condicionalidades e sanções internacionais, traduzidas em dificuldades de diálogo com os parceiros de desenvolvimento e na significativa redução de assistência externa (CARVALHO apud APOLINÁRIO, 2011, P.61).

A relação sino-guineense foi oficialmente estabelecida no dia 15 de março de 1974, um ano após a proclamação unilateral da independência pelo PAIGC. A China passou de imediato, a concretizar alguns projetos de cooperação, com o novo país soberano recém independente, firmando uma relação baseada em diplomacia, com vários acordos bilaterais. Bissau e Pequim passaram a estreitar laços profundos que abrangem diversos setores estratégicos para o desenvolvimento de ambas as partes. A partir desta relação (1974) a China dispõe-se em edificar alguns projetos como a edificação do Estádio Nacional de Futebol (ENF), Hospital de Bissau (HB), e a Estação da Extensão da Tecnologia Cereal (E ETC) (SOUSA, 2013, p.5).

Em maio de 1990, a Guiné-Bissau reconheceu Taiwan como país independente da República Popular da China, e estabeleceu relações diplomáticas com a ilha, o que chocou ofensivamente as autoridades chinesas. No dia 31 do mesmo mês, a China cortou a relação com a Guiné-Bissau, e cessou toda a sua atividade diplomática no país por quase uma década de distanciamento. Todo apoio que era destinado ao país africano foi cortado. Em abril de 1998 a Guiné-Bissau decidiu romper definitivamente sua relação com Taiwan, e se reaproximou da China. A antiga relação foi restabelecida, e a embaixada chinesa foi reaberta em Bissau (SOUSA, 2013).

Depois de alguns meses de reaproximação sino-guineense, a Guiné-Bissau entrou-se numa esmagadora guerra civil, conhecida como a Guerra de “7 de junho” de 1998, a qual obrigou pela segunda vez o fechamento da embaixada chinesa em Bissau até o fim do

conflito, em maio de 1999. Além de provocar o afastamento dos parceiros internacionais da Guiné-Bissau, a guerra civil causou a maior destruição da história do país. A maior parte da infraestrutura foi destruída, afetando fortemente a produção de alimentos, a consequência da guerra vitimou milhares de pessoas à morte precoce, não se sabe o número exato de pessoas que morreram durante a guerra. De acordo com Carvalho (2016), o conflito causou a morte de maioria civil.

A Guiné-Bissau manchou sua imagem perante a comunidade internacional, e passou a perder o prestígio que antes tinha, muitos parceiros distanciaram-se - com exceção da China que manteve seu apoio na radicalização da fome que afetava sociedade pós-guerra - da Guiné-Bissau. Segundo Sant'anna (2008), a economia sente a devastação promovida pela guerra civil. O cenário de ruínas que compõem a paisagem das cidades se combinava à escassez de recursos para saúde, alfabetização, emprego e alimentação, fato muito visível até os dias atuais (SANT'ANNA, 2008, p.42).

Em novembro de 1999 foi organizado as eleições gerais, vencida pelo Partido da Renovação Social (PRS), Kumba Yala foi eleito presidente da república e tomou posse em janeiro de 2000. Em consonância com a argumentação de Carvalho (2016, p.72), desde a época de Cabral a política externa guineense é extremamente personalizada na figura dos seus líderes, isso vem sendo problema de identificar quem são realmente os formuladores da política externa do país até a presente data. Segundo as normas políticas institucionais, seria o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) - equivalente ao Ministério das Relações Exterior no Brasil (MRE) - o responsável por esta tarefa. Muitas vezes as decisões a respeito de assuntos externos são tomadas de forma unilateral pelo presidente da república, o que deixa em vários momentos dúvidas quanto ao papel daquela instituição. Numa linguagem mais simples e ou direta, pode-se presumir que o país não possui até hoje uma definição própria que orienta sua política externa, como acrescenta Carvalho (2016),

A política externa da Guiné-Bissau não tem tido uma estruturação efetiva amparada pelo Estado, ou seja, não existe um pensamento diplomático dos primórdios da independência aos dias atuais, razão que fez o país ter uma política externa de acaso, cujos objetivos foram definidos em função das necessidades correntes, o que lhe faz mudar com o programa de governo eleito e ou provisório (CARVALHO, 2016, P.90).

A relação sino-guineense intensificou-se de uma maneira expressiva no começo dos anos 2000, diversificando ainda mais sua relação bilateral na vigência da primeira edição do Fórum da Cooperação China-África. Mesmo com o episódio de golpe de Estado que derrubou o presidente Kumba Yala em 2003, a China se manteve presente ajudando o país em encontrar

solução para ultrapassar a crise da instabilidade política. Em 2005, o país asiático concedeu 1,5 milhões de dólares ao governo guineense para receber a cimeira da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP⁸) em Bissau, além de vários acordos assinados no âmbito da cooperação para o desenvolvimento (SOUSA, 2013, p.5).

De 1974-2012 a visita oficial dos membros de governo de dois países cresceu substancialmente. A descrição do quadro abaixo nos mostra de forma explícita esta interação entre os dois governos ao longo desse período.

Quadro 1. Lista de visita oficial das autoridades chinesa à Guiné-Bissau

NOME	CARGO	MÊS/ANO
Wang Hanbin	Vice-presidente da APN	set./1989
Ji Peiding	Vice-ministro de NE	fev./2001
Chen Jian	Ministro da Economia	out./2002
Wei Jianguo	Vice-ministro de CE	mar./2004
Lv Guozheng	Ministro-adj de NE	set. nov./2004/5
Li Zhaoxing	Ministro de NE	jan./2007
Sr Zhaojun	Ministro Adjunto de NE	nov./2009
Wang Jiarui	Ministro do Departamento de Ligação Externa	mar./2011

Fonte: elaboração própria, com base nos dados da embaixada chinesa em Bissau.

Quadro 2. Lista de visita oficial das autoridades guineense à China

NOME	CARGO	MÊS/ANO
Vitor S. Mandinga	Ministro de NE	jul./1975
Carmen Pereira	Presidente da ANP	abr./1986
Fernando E. da Silva	Ministro de NE	abr./1998
Mamadú Yaja Djaló	Ministro de NE	out./2000
Filomena Mascarenhas de Boté	Ministra de NE	jan./2002
Kumba Yalá	Presidente da República	dez./2002
Suarez Sambú	Ministro de NE	jun./2004
João Bernardo Vieira	Presidente da República	out./1982
João Bernardo Vieira	Presidente da República	out./2006

⁸ A CPLP Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa foi fundada em 17 de julho de 1996, ela é composta por nove países membros: Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. A organização tem por objetivo uma maior união para a cooperação e desenvolvimento entre seus integrantes.

João Bernardo Vieira	Presidente da República	set./2008
Francisco Benante	presidente da ANP	mai./2008
Carlos Gomes Júnior	Primeiro Ministro	set./2010
Carlos Gomes Júnior	Primeiro Ministro	nov./2010
Faustino F. Imbali	Ministro de NE	jul./2012

Fonte: elaboração própria, com base nos dados da embaixada chinesa em Bissau.

Além do reflexo da guerra civil- que causou distúrbio interno da vida política, econômica, e social do país - os anos 2000 também é conhecido como década perdida para os bissau-guineenses, o país passa a obter a imagem de um Estado narcótico, tornando-se num centro de abastecimento da cocaína oriundo das américas com destino a Europa (O'REGAN, 2013). O episódio da inserção da Guiné-Bissau no tráfico de drogas incitou no meio da classe castrense uma incessante corrida em busca pelo poder, os políticos estabelecem aliança com oficiais militares para que este último possa intervir na política e ocasionar golpes que os garantem oportunidade de obter cargos nos governos de transição.

Em conformidade com a colocação de O'regan (2010), a instabilidade que se vivia neste período fez com que a Guiné-Bissau perdesse o contato com a maioria de seus parceiros, incluindo Portugal. Somente a China - como se pode ver no quadro 1 - manteve atividades de cooperação, e com a exceção de alguns países do bloco da CEDEAO⁹ que mantém relações comerciais como por exemplo (Senegal).

4.3 As áreas de cooperação bilateral

A relação sino-guineense está relacionada em princípios de ganho mútuo (win-win), na qual, os acordos são estabelecidos baseados em interesses particulares de cada um, visando contemplar as próprias expectativas. Desde 1998 (guerra-civil), a Guiné-Bissau perdeu contato com vários parceiros internacionais, o país se encontrava numa situação desfavorável em comparação ao período pré-guerra quando ainda, o país adquiriria apoio externo em maior volume. O episódio da guerra civil agravou a crise interna sem precedente, colocando em risco a eficácia do funcionamento da democracia que, recentemente, havia sido instalada no país. A situação em que se encontrava a Guiné-Bissau foi muito crítica no sentido de preservar a democracia em busca do desenvolvimento (GOMES, 2010, p.8). A ideia de manter uma democracia forte a fim de garantir um desenvolvimento sustentável parece ser

⁹ A **CEDEAO** Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, é uma organização da integração regional criada pelo tratado de Lagos em maio de 1975 por quinze (15) países membros. O objetivo do bloco é fortalecer uma integração econômica regional que possibilite o livre comércio entre os membros do bloco. Além da área econômica, a organização também objetiva em manter a segurança da sub-região, possuindo assim seu próprio exército (ECOMIB).

contraditória na visão de Moyo (2009, p.158-159), na percepção da autora o desenvolvimento seria o caminho correto para a democracia e não o sentido contrário.

Seguindo a mesma linha da autora, a relação sino-guineense tem pautado seu objetivo em perspectiva desenvolvimentista, como requisito para alcançar outros interesses. Os dois Estados têm-se empenhado desde muito cedo - especificamente, a partir do primeiro encontro do FOCAC - em desenvolver relações bilaterais em setores considerados vitais para o desenvolvimento do país africano, tais como: educação, saúde, agricultura, infraestrutura e pesca. Estas áreas mencionadas são importantes e prioritárias do ponto de vista estratégico dos formuladores da política externa Bissau-guineense, considerando que o país africano ainda apresenta um déficit significativo em tais setores. Em relação à educação e à saúde, a Guiné-Bissau conta com poucas instalações das Instituições de Educação Superior (IES), e de Centros Hospitalares (CH) para atender as necessidades da população a nível nacional. Os setores como agricultura, infraestrutura e pesca, também são considerados precários, do ponto de vista da demanda da população. Em sequência, serão analisados, sucintamente, cada um desses setores.

4.3.1 Setores da educação e saúde

Os setores da educação e saúde são majoritariamente considerados áreas prioritárias e estratégicas para o desenvolvimento de uma nação. Particularmente, um dos maiores problemas da Guiné-Bissau desde a independência, aos dias atuais, resume-se primordialmente a esses dois setores. Como apontam alguns estudos científicos, a educação é a chave principal para aprimorar o desenvolvimento em qualquer que seja o domínio. Em sua análise sobre a relação entre educação e desenvolvimento, Moraes e Oliveira (2016), concluíram que a educação promove o aumento no capital humano, algumas vezes, sua importância transcende o capital financeiro, portanto, é necessário investimento direcionado ao oferecimento e aperfeiçoamento da educação.

Historicamente, a Guiné-Bissau foi e ainda é um país deficitário do ponto de vista educacional, que depende, desde muito cedo, de auxílio cooperativo de seus parceiros internacionais (países do leste europeu da antiga URSS, China, Brasil, Portugal) para a formação de quadros. Essa dependência da qual o país vinha vivendo ao longo de quase cinco décadas - da independência até hoje - presume-se a incapacidade de autofinanciar-se em diversos setores. Em conformidade com a abordagem de Sucuma (2013), o governo tem a consciência sobre a importância da educação no processo de desenvolvimento, mas, apesar desta vontade política de pensar na formação técnico-profissional dos guineenses, ele tem

dificuldades financeiras de materializar a maioria de seus projetos, por ser um Estado dependente dos recursos financeiros externos.

Como mencionamos anteriormente, a situação financeira, e demais outras dificuldades enfrentadas após a independência caracterizam a realidade do país. A Guiné-Bissau possui uma única Instituição Universitária Pública UAC (Universidade Amílcar Cabral) em todo território nacional. Existem outras Instituições Universitárias Privadas que ajudam a amenizar a alta demanda na formação acadêmica e profissional. A qualidade de ensino, a baixa renda familiar para bancar estudos dos filhos nas universidades privadas, e o desemprego de jovens ocasionam estudantes a procurar bolsa de estudo para os países que mantêm acordo educacional com a Guiné-Bissau. O Brasil e a China são os destinos da maioria dos estudantes guineenses, nomeadamente, a partir dos anos 2000 (MBUNDE, 2015, p.103; SUCUMA, 2013).

Ao compreender a real necessidade do país lusófono africano, o governo da República Popular da China não mediu esforços em prestar apoio no setor da educação. Os dois países firmaram acordo educacional em 1977. No decorrer do terceiro encontro ministerial do FOCAC que teve lugar em Pequim (2006), a China prometeu ampliar o número de bolsas concedidas aos países africanos. Em 2007, o ministro de Negócios Estrangeiro chinês fez uma visita à Guiné-Bissau, onde anunciou naquele ano, a concessão de 100 bolsas para os estudantes guineenses, em diferentes áreas de estudo nas Instituições Universitárias Chinesas. Em 2008, a relação bilateral no setor da educação foi ainda mais aprofundada, o país asiático construiu uma Escola de Amizade Sino-Guineense (EASG), projeto que custou cerca US \$15 milhões, em 2009, foi construído Hospital de Amizade Sino-Guineense (HASG) conhecido por Hospital Militar situado na cidade de Bissau, numa quantia de US \$12 milhões, a segunda maior hospital de referência, atrás apenas do Hospital Simão Mendes (MBUNDE, 2015, p.78).

A área da saúde foi, desde sempre, um setor delicado que exigia maior flexibilização no âmbito cooperativo entre os dois países. A cooperação sino-guineense na área de saúde foi firmado em 1976, três anos após a proclamação da independência, a República Popular da China investiu na construção de um hospital de referência na região norte do país (Hospital de Canchungo), sempre enviando comitiva médica que prestava serviço naquele complexo hospitalar. A construção dos centros de formação tem como objetivo formar médicos e capacitar os profissionais de saúde com novas tecnologias. Da proclamação da independência até 2014, a China já enviou 14 comitivas médicas à Guiné-Bissau, um número bastante significativo de profissionais de saúde que prestam serviço ao povo guineense. Em 2013, foi

construído o Instituto Nacional de Saúde (INS), atualmente, o maior centro de estudo da área de medicina no valor de US \$10 milhões (MBUNDE, 2015, p.79; SOUSA, 2013, p.5).

4.3.2 Agricultura

O setor da agricultura é importante para sustentar a base do crescimento do PIB de qualquer economia, seja periférica, ou industrializada. A dieta alimentar Bissau-guineense, desde o período colonial, baseia-se em cereais (arroz, milho, etc.). Nos anos 1960, o consumo anual de arroz era de menos de 40 mil toneladas. Hoje o país importa o equivalente a 250 mil toneladas, oriundo dos países asiáticos, principalmente da China, Vietnã, Índia, e Paquistão, o que evidencia um real crescimento na demanda interna deste produto (KNOEMA, 2018). Apesar de o arroz ser o produto básico da primeira necessidade, ou até mesmo, o mais consumido dentre os produtos na Guiné-Bissau, a sua produção interna ainda é insuficiente, existe no país uma produção de subsistência limitada ao consumo familiar, a produção total mal consegue assegurar o consumo das famílias produtoras num período de um ano.

A Guiné-Bissau e a China mantêm acordo bilateral neste setor com vista em ampliar a produtividade de arroz, em várias regiões do país. O país asiático considera o potencial da Guiné-Bissau na produção de arroz, alegando um solo fértil bom para o uso do cultivo daquele produto. A Guiné-Bissau tem um clima favorável que contribuiria de uma maneira significativa para a produção de arroz e demais produtos em uma quantidade expressiva que contribua para melhorar sua pauta de exportação. O cultivo de arroz depende de muita água, para o caso da Guiné-Bissau não seria problema, pois chove bastante. A China disponibiliza 15 técnicos agrícolas, que procuram desenvolver nas regiões de Bafatá, Gabú (leste) e no Oio (norte) o cultivo de arroz híbrido, capacitando os produtores locais, as técnicas das tecnologias da produção agrícola (SOUSA, 2013).

O projeto “mon-na-lama” promovido pelo Ex-presidente da república, José Mário Vaz, vulgo JOMAV, desde o começo do seu mandato em 2015, pretende incentivar a formação de uma nova geração de produtores agrícolas e adotá-los de conhecimento e técnicas modernas para a produção de arroz. Em 2018, a China manifestou interesse em financiar o projeto da construção da nova escola agrícola, nomeadamente, em Calequisse (norte), um edifício que será composto de salas de aulas e residências com capacidade para acolher 38 alunos (MACAUHUB, 2018).

A visita do presidente da república, João Bernardo Vieira à China em 2006, abriu novas possibilidades de acordos assinados entre os dois países. O presidente guineense manifestou interesse junto a autoridade chinesa na exportação de castanha de caju para aquele país. Em 2007 foram assinados acordos para a exportação de produtos incluindo a castanha de

caju, que representa mais de metade da exportação geral da Guiné-Bissau. Vale ressaltar, que no mesmo acordo, a China isentou mais de 442 produtos agrícolas com livres restrições de impostos. Apesar da isenção de centenas de produtos agrícolas, a Guiné-Bissau exporta para China quase que exclusivamente, a castanha de caju, devido a pouca diversificação da economia. A China exporta para Guiné-Bissau os principais produtos: cereais, manufaturas têxteis, motores, veículos de duas rodas, e produtos mecânicos (MBUNDE, 2015, p.88-89).

4.3.3 Infraestrutura

As principais infraestruturas rodoviárias que interligam as diferentes regiões do interior à capital foram construídas na época colonial pelo governo português que se instalava no território nacional, especificamente em Bissau, onde havia-se instalado a burocracia administrativa. Após ter alcançado sua independência a Guiné-Bissau nunca experimentou a modernização e ou a manutenção daquelas infraestruturas, todavia, o governo do PAIGC às mantém ativos ao serviço do povo e do Estado, como por exemplo, a instalação de ministérios da função pública (MBUNDE, 2015)

Das poucas infraestruturas que o país possuía, como já comentamos acima, a Guerra Civil de 7 de junho (1998) contribui massivamente na degradação da mesma, dificultando assim, a relação comercial em todo país, isolando as regiões do interior da capital, os camponeses se encontram em dificuldade maior de escoar seus produtos para centros urbanos a fim de comercializá-los. Não obstante, a cidade de Bissau encontrava-se em condições totalmente degradáveis, com as ruas cheias de buracos, prédios velhos abandonados principalmente no centro de Bissau, também chamado de “bissau bedju¹⁰”.

Em uma análise um pouco mais aprofundado sobre o efeito da guerra civil guineense, Sant’anna (2008) foi um pouco mais enfática quando afirma que,

A deficiente economia de Guiné-Bissau sente seu agravamento pela devastação promovida pela guerra civil: o cenário de ruínas que compõem a paisagem das cidades se combinava à escassez de recursos para saúde, alfabetização, emprego e alimentação (SANT’ANNA, 2008, P.42).

O setor da infraestrutura é considerado prioritário na relação bilateral sino-guineense, visando a sua importância para fomentar o desenvolvimento econômico e social. Os primeiros indícios resultantes da relação sino-guineense foi a construção do Hospital Regional de Canchungo, no norte do país, sete anos depois da proclamação da independência. Apesar de o futebol ser o meio do qual os movimentos de luta armada conseguiram mobilizar a massa da

¹⁰ Bissau-Bedju é o Centro da cidade de Bissau, onde foram construídos os primeiros edifícios e residências dos portugueses na época colonial. O termo “bissau bedju” significa em português “velho bissau”, referindo as antigas infraestruturas e paisagem que a compõem.

população para integrar ao PAIGC e lutar contra a dominação colonial na Guiné-Bissau, vale ressaltar que até segunda metade da década de 80, o país possuía apenas, um estádio de futebol profissional, o Lino Corrêa. Em 1987, a China construiu o Estádio 24 de Setembro em Bissau, se somar a obra do Hospital Regional de Canchungo totaliza-se em duas obras de referência edificadas ainda no século XX (MBUNDE, 2015, P.86).

No começo do novo milênio, a relação sino-guineense ampliou-se e intensificou a margem de proximidade principalmente a partir do encontro das autoridades chinesas com os líderes africanos na primeira sessão do FOCAC. No mesmo ano em que se convocou a primeira cimeira China-África (FOCAC), o governo chinês por intermédio de suas relações bilaterais, financiou e executou a obra de construção do edifício dos antigos combatentes. Em 2001, financiou e construiu a Assembleia Nacional Popular. No ano de 2010, a China edificou o palácio do governo, considerada uma das mais importantes obras já realizadas no país, dada sua capacidade de agregar todos os ministérios da função pública, incluindo o gabinete do primeiro ministro. A nação asiática, em detrimento de suas relações bilaterais estabelecidas com o país africano, também construiu o Palácio de Justiça em 2014. Em janeiro de 2021, o governo chinês lançou a pedra para a construção da autoestrada que liga a cidade de Bissau à região metropolitana de Safim (MBUNDE, 2015, p.86; CINLOP, 2014).

Além dos projetos novos, a China também se empenhou em reabilitar as infraestruturas deformadas. Reabilitou o palácio presidencial que havia sido destruído fortemente pelo ônus da guerra civil, como também a reforma do Estádio Nacional de futebol, que estava em condições precárias, para atividades desportivas. As reabilitações destas duas últimas obras rendem um valor total de US \$22,5 milhões (MBUNDE, 2015, p.86).

O quadro abaixo resume as obras realizadas pelo governo chinês na República da Guiné-Bissau, desde o momento em que se estabeleceu a relação formal entre as duas nações.

Quadro: 3 Quadro das obras realizadas pelo governo da China na Guiné-Bissau

Projetos	Realização	Financiador	Beneficiário	Data	Montante US\$
Hospital Regional de Canchungo	China	China	G. Bissau	1980	----
Estádio Nacional 24 de Setembro	China	China	G. Bissau	1987	----
A residência para oficiais militares	China	China	G. Bissau	2000	----
A residência de ex-combatentes	China	China	G. Bissau	2000	----
Edifício da ANP	China	China	G. Bissau	2001	----

Escola de amizade sinogueense	China	China	G. Bissau	2008	US\$15 Milhões
Hospital de amizade sinogueense	China	China	G. Bissau	2009	US\$ 12 Milhões
Palácio do Governo	China	China	G. Bissau	2010	US\$25 Milhões
Reabilitação do palácio da Repúb	China	China	G. Bissau	2012	US\$ 7,5 Milhões
Reabilitação do Estádio Nacional 24 de Setembro	China	China	G. Bissau	2012	US\$ 15 Milhões
Instituto Nacional de Saúde	China	China	G. Bissau	2013	US\$ 10 Milhões
Palácio de Justiça	China	china	G. Bissau	2014	US\$14 Milhões

Fonte: elaboração própria com base em Mbunde (2015, p.85-86).

4.3.4 Setor da pesca

Geograficamente, a república da Guiné-Bissau é um dos poucos países africanos, especialmente os da África Ocidental que possui característica de um país continental e insular ao mesmo tempo. Considerando essa margem de vantagem, o país luso africano conta com um total de 88 ilhas que compõem a sua zona insular, estas áreas lhe garantem uma grande quantidade de riqueza natural marinha, desde o pescado, a biodiversidade, entre outras. Enquanto isso, a parte continental é coberta de variedade de riqueza, como fosfato, madeiras, boxite, e areia pesada de varela. Estes e demais recursos naturais são do interesse de muitos parceiros internacionais da Guiné-Bissau, inclusive a China, que tem demonstrado um esforço significativo no estreitamento das relações com este país oeste africano (MBUNDE, 2015, p.89; SANT'ANNA, 2008, p.43).

O setor da pesca, é hoje considerado um dos principais setores dinâmicos, responsável em maior parte pela aquisição da entrada de divisas internacionais na economia doméstica. Apesar do setor se apresentar como uma fonte importantíssima no dinamismo da economia nacional, o governo guineense carece de navios compostos de recursos tecnológicos que auxiliem na vigilância das piratarias dos barcos estrangeiros no seu mar territorial. As licenças formais para as atividades pesqueiras negociadas com os parceiros tradicionais como por exemplo, a União Europeia, não costumam ser monitoradas na sua íntegra, devido à falta de equipamentos que permitam manter e ou observar o cumprimento das normas estabelecidas nas negociações (MBUNDE, 2015; SANT'ANNA, 2008).

A relação bilateral na área de pesca entre Bissau e Pequim, foi estabelecida a mais de 30 anos atrás, isto é, em 1985. A partir deste momento em diante, os dois países assinaram vários acordos que culminam em contratos de exploração da Zona Econômica Exclusiva

(ZEE¹¹) deste país africano, em troca de outros benefícios concedidos pelo governo chinês. Segundo a colocação de Sant'anna (2008), a China foi o primeiro país do mundo a assinar acordo de pesca nas águas profundas da ZEE com a Guiné-Bissau, uma explícita demonstração de uma profunda relação enraizada no retrato histórico que unia as duas nações como parceiros de longa data em diversos mecanismos. Os acordos do setor da pesca refletem a necessidade de ambas as partes com relação à sua demanda interna, a Guiné-Bissau assina contratos de pesca em maioria de vezes, em troca de projeto a ser executado ou em recompensa a uma determinada ajuda externa. O interesse chinês por pescado é extremamente movido pela alta demanda que o país asiático apresenta domesticamente para o abastecimento do mercado interno devido a sua densidade demográfica (MBUNDE, 2015, p.89).

É importante ressaltar que os acordos de pesca entre Bissau e Pequim - apesar de ter sido uma relação histórica de longa data - são estabelecidos com a empresa multinacional privada chinesa, incumbida a responsabilizar-se dos dossiers de negociação com o governo bissau-guineense. A empresa multinacional chinesa responsável em estreitar acordos de pesca é denominada *China National Fisheries Corporation* (CNFC), sendo a única empresa autorizada pelo governo de Pequim a negociar acordos com a Guiné-Bissau. O governo da Guiné-Bissau, no entanto, não negocia os acordos de pesca com o governo da China, todas as negociações se limitam apenas com a CNFC, como consta na citação de Timóteo Mbunde (2015, P.89), “Isso seria uma estratégia chinesa para minorar os custos político-diplomáticos que teria caso controlasse diretamente dossiers da pesca na Guiné-Bissau”.

Todos os pequenos navios pesqueiros que navegam nas águas territoriais da Guiné-Bissau respondem à CNFC e só desta multinacional chinesa podem adquirir concessão. Há um documento existente que oficializa o acordo entre a Guiné-Bissau e a RPC, por intermédio da CNFC denominado “Protocolo de Acordo de Pesca entre o Governo da República da Guiné-Bissau e a China National Fisheries Corporation” assinado pela autoridade guineense e a empresa multinacional chinesa, com a validade de quatro anos, com as possibilidades de renovação em caso de houver à vontade e ou, interesse de continuar o acordo. O protocolo visa estabelecer o conjunto de normas que regem as atividades pesqueiras, as movimentações de navios, as espécies de pescado e entre outros regulamentos vigentes no acordo (MBUNDE, 2015, p.89-90).

¹¹ A ZEE é delimitada, em princípio, por uma linha situada a 200 milhas marítimas da costa, mas pode ter uma extensão maior, de acordo com a da plataforma continental. A ZEE separa as águas nacionais das águas internacionais, uma linha que dá direitos exclusivos ao país costeiro a explorar as riquezas que se encontram ao longo desta extensão territorial marítima.

Tabela 1: Total de produção/captura na ZEE exclusiva da Guiné-Bissau por espécie/tio em toneladas entre os anos 2010-2015 pela China

Ano	Total de camarão	Total de cefalópodes	Total de peixes demersais/pelágicos	Total geral de captura anual
2010	3.043,60	3.744.686	4.886,00	11.674,40
2011	-----	3.224,07	10.986,01	14.210,08
2012	-----	7.613,06	10.433,03	18.046,09
2013	-----	464,05	13.090,02	13.554,01
2014	-----	661.967	6.132,71	7.695
2015	-----	7.647,85	32.835,83	40.483,68

Fonte: Infante (2020, p.17) dados originais do Centro da Investigação Pesqueira Aplicada da Guiné-Bissau.

A tabela acima nos ajuda a ter uma compreensão da capacidade produtiva do país africano no setor da pesca, a atividade pesqueira é vista atualmente como a segunda maior atividade econômica que compõem a pauta exportadora, atrás apenas, do setor agrícola, nomeadamente da castanha de caju. Numa análise extensiva de observação da pauta exportadora da Guiné-Bissau, em sua argumentação Sant'Anna (2008, p.43) concluiu que a exportação dos frutos do mar corresponde a um intervalo entre 250 a 350 mil toneladas anualmente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode perceber ao longo da leitura deste manuscrito, a proximidade entre a Guiné-Bissau e a República Popular da China é caracterizada pelos preceitos históricos que envolviam os seus líderes desde a década de 1950, especificamente, a partir da Conferência dos Países Afro-Asiáticos, sediada em Bandung (1955). A luta pela emancipação colonial desencadeada pelo PAIGC nos anos 60 tem fortalecido contatos com aquela nação asiática, contudo, esse contato limitou-se exclusivamente no apoio prestado ao Movimento de Libertação Nacional liderado por PAIGC na luta contra o colonialismo. Vale ressaltar que, a relação pré-luta possuía característica informal, ou, em outras palavras, não existiam acordos formais que regiam a cooperação entre as duas nações. Somente depois da independência do país africano em 1973, que a relação sino-guineense vem adquirindo caráter formal.

Numa condição debilitada igual a maioria dos países africano, que se encontravam no processo de emancipação - tanto do ponto de vista político quanto econômico e social - a Guiné-Bissau via-se despreparada em encarar desafios de construção de um projeto de desenvolvimento, a dependência por recursos externos era extremamente grande. Lembrando

que na época em que o país se tornou independente coincide com a evolução da Guerra Fria no continente africano, o impacto dela tem repercutido na vida política, econômica, e social de muitos países da África, e em especial, da Guiné-Bissau. A necessidade que o país apresentou neste período pós independência, principalmente nos finais da década de 1980 e começo de 1990 o levou a abrir a margem de relação com Taiwan na possibilidade de obter apoio externo adicionado.

De acordo com a perspectiva histórica, existem dois períodos que caracterizam a relação entre a República da Guiné-Bissau e a RPC. No primeiro período a relação sino-guineense limitava-se em uma prestação de apoio sem contrapartida, como forma de ajudar a extinguir o imperialismo português naquele país africano. No segundo momento - já a Guiné-Bissau em condição de um país independente - a relação dos dois países se baseiam na relação de ganho mútuo (win-win). A Guiné-Bissau passou a ter China como principal parceiro na área de cooperação para o desenvolvimento, ampliando a possibilidade de adquirir meios que outrora eram escassos para desenvolver sua estrutura política, econômica e social, como foi evidenciado nas últimas duas décadas. De um outro lado, a nação asiática também almejou, de certa forma, uma vantagem que contribua para o seu desenvolvimento, mesmo que ainda esses benefícios não sejam de caráter físico como aqueles apresentados em benefício à Guiné-Bissau (construções de edifícios, infraestruturas etc...).

Numa entrevista presidida por Timóteo Mbunde, ao embaixador chinês Wang Wua na Guiné-Bissau em 2014 sobre possível contribuição deste país africano para o desenvolvimento da China, a resposta do embaixador foi clara quando este alega que a Guiné-Bissau contribui também para o desenvolvimento da China. O chefe da diplomacia chinesa acrescenta ainda que por mais que a Guiné-Bissau seja hoje considerada uma nação pobre, não significa que a sua relação com a China deixará de ser vantajosa para obter ganho mútuo. A cooperação sino-guineense pode ser considerada das mais importantes relações cooperativas que a Guiné-Bissau obteve ao longo de duas últimas décadas. De 2000 a 2020 a relação sino-guineense desenvolveu vários projetos de investimentos nas áreas estratégicas para desenvolvimento, isso inclusive se prova pelos dados elencados no quadro 3, que relata de forma sucinta as obras de grande porte realizadas na vigência dos últimos vinte anos.

De acordo com um estudo realizado em 2016 pelo Afrobarómetro¹², numa pesquisa sobre a concordância da sociedade civil africana da presença chinesa no continente,

¹² **Afrobarómetro** é uma rede de pesquisa (Survey Research) da dimensão internacional, que investiga diversos assuntos dos países africanos. No ano de 2000 foi realizado sua primeira ronda de pesquisa, hoje o projeto conta com a décima nona ronda de levantamento de dados de pesquisa sobre o continente africano (2000-2019).

concluiu-se que mais de 63% da população africana vê a presença do país asiático com bons olhos, optando-se pela sua preferência como parceiro da África. Trazendo essa análise para o caso específico, pode-se concluir que a Guiné-Bissau não foi uma exceção, a aceitação da presença chinesa na sociedade Bissau-guineense é bastante explícita quando prestar muita atenção nos discursos de seus presidentes. Num discurso proferido pelo presidente da república em 2015, perante a cerimônia de entrega do palácio de justiça (obra realizada pelo governo chinês) José Mário Vaz (JOMAV) deixou bem claro nas suas palavras a importância da cooperação com aquele país asiático, quando afirmou “ A China esteve conosco ontem, hoje e no futuro; gostaríamos de continuar com a cooperação chinesa na prossecução dos nossos desígnios nacionais do desenvolvimento econômico e social”.

Ao analisar o discurso do presidente JOMAV, dá para perceber que a China conquistou um espaço diferencial na política externa da Guiné-Bissau em relação aos parceiros tradicionais como Portugal e os países do bloco da CEDEAO, a qual faz parte o país luso-africano. Com a exceção do período de distanciamento nos anos 90 provocado pelo reconhecimento de Taiwan, a China sempre esteve presente ao lado do povo Bissau-guineense, mesmo nos momentos mais crítico, (como por exemplo, episódio de instantâneos golpes de Estado desencadeado pelos militares, e tráfico de drogas) em que muitos parceiros afastaram e ou abandonaram o país, a nação asiática mantém seu vínculo cooperativo, auxiliando e prestando apoio em áreas mais vulnerável da sociedade. Durante a administração JOMAV (2015-2020) o governo chinês disponibilizou um montante de duas mil toneladas de arroz, em apoio para o combate à fome.

O atual presidente da república Umaro Sissoko Embaló (USE) no quadro do balanço do primeiro ano do seu mandato também proferiu um discurso no qual deixou claro a posição preferencial da China na política externa Bissau-guineense. Segundo o presidente, "A China nunca deixou a Guiné-Bissau, mesmo nos momentos mais críticos da instabilidade política, econômica e social, o gigante asiático sempre fez questão de estar ao lado para prestar seu apoio na medida do possível". Ao todo, vale ressaltar que dos cinco presidentes eleitos democraticamente (João Bernardo Vieira, Kumba Yalá, Malam Bacai Sanhá, José Mário Vaz, Umaro Sissoko Embaló) três visitaram aquela nação asiática, uma real demonstração de uma preferência política baseada na diplomacia presidencialista, ato considerado, nos princípios diplomáticos, como um dos mais importante numa relação entre dois países.

A relação cooperativa com a China é, se não, uma das melhores que a Guiné-Bissau experimentou desde sua independência. Primeiro, a relação com a China é baseada em princípios de respeito mútuo, sem interferência em assuntos internos, o que possibilita

qualquer nação a preservar sua soberania e autonomia, algo extremamente importante para um país em vias de desenvolvimento como a Guiné-Bissau. Segundo, a China garante a possibilidade de seus parceiros adquirirem financiamentos em condições favoráveis que permitam escolher modelo próprio para o desenvolvimento sem que sejam condicionados a algumas regras. Além destes dois fatores, o país asiático disponibiliza ajuda no âmbito da cooperação para combater a pobreza do seu parceiro africano em áreas consideradas estratégicas, como educação, saúde, agricultura e infraestrutura.

A relação sino-guineense trouxe uma alta vantagem para Guiné-Bissau, ao longo da última década, a China entregou cinco obras acabadas para o governo guineense, demonstrando interesse pela radicalização da pobreza e do incentivo para o desenvolvimento. Por exemplo, a construção de Instituto Nacional de Saúde, Palácio do Governo, e Palácio da Justiça são evidências dessa relação. Estas e demais obras demonstram a vontade da China em implicar esforços sem precedentes para o desenvolvimento da Guiné-Bissau. A construção da escola e ofertas de vagas para a formação dos quadros nas instituições de educação superior chinesa, a construção de hospitais, rodovias, as infraestruturas para funcionamento adequado das instituições democráticas, são clara demonstração do interesse chinês em privilegiar o desenvolvimento da Guiné-Bissau. A maior parte das infraestruturas modernas atuais na Guiné-Bissau são realizadas pelos chineses.

No que concerne ao setor da agricultura, há um enorme avanço na produção de arroz na Guiné-Bissau, a cooperação com a China despertou novas técnicas na produção agrícola nas regiões de Gabú e Bafatá, zona onde chove pouco. O país asiático envia técnicos e especialistas da área de agricultura para instruir os camponeses sobre novas técnicas de eficiência produtiva, e aprimorar tecnologias que auxiliam no processo produtivo. Além do envio de especialistas, o governo chinês exporta a tecnologia nomeadamente à agricultura para este país africano, com intuito de instruir camponeses a dominar as técnicas de uso para ampliar a margem da produção. A Guiné-Bissau era exportadora de arroz na sub-região, perdeu essa posição em detrimento da instabilidade política que vigorou a mais de três décadas e que acabou afetando fortemente o sistema produtivo. Em 2015 foi anunciado um aumento na produção de arroz em 386% e 26% nas épocas seca e chuvosa a nível nacional respectivamente, um reflexo da cooperação sino-guineense.

Além da área de cooperação, os produtos chineses apresentam preços baixos, que permitem a classe mais pobre a ter possibilidade de adquirir tais manufaturas. A estratégia chinesa de política de "preço baixo" contempla a expectativa da sociedade Bissau-guineense, onde mais de 60% da população vive abaixo da linha de pobreza, a demanda e o consumo são

quase inexistentes, devido ao efeito da pobreza. Por mais que uma família seja pobre consegue comprar produtos chinês num preço acessível. Há uma famosa frase popular na sociedade Bissau-guineense “*barato, barato, mas sem garantia*” que descreve condições dos produtos chinês, no sentido de que eles são fabricados para alcançar toda classe social, contendo pouco valor agregado.

Destacamos ao longo do texto algumas críticas que contestam a presença chinesa na África, e no caso específico da Guiné-Bissau. Para estes críticos, a China é uma nova potência imperialista que pretende num futuro próximo dominar o continente, e controlar seus recursos naturais. Esse pensamento parece um pouco equivocado quando a análise é dirigida atentamente para verificar quais são os custos e benefícios existentes na relação sino-africana e em especial, sino-guineense. Ao longo da nossa pesquisa, concluímos que a relação sino-africana e principalmente na sua relação com a Guiné-Bissau é baseada nos laços históricos comuns e de amizade. A China desde sempre se empenhou em ajudar movimentos da emancipação para combater o colonialismo em todo o continente africano, o país asiático sempre acreditou no potencial dos países africanos para a radicalização da pobreza.

A China acredita que sua história é bem parecida com a da Guiné-Bissau, pois passou pela subjugação do domínio colonial europeu e o imperialismo japonês, além de várias guerras civis. A China era uma nação (até na década de 40) classificada como país periférico. Contudo, superou desafios e chegou ao patamar de país desenvolvido, ocupando posição de segunda maior potência econômica do mundo. O mesmo caminho pode ser trilhado pelos países africanos e em especial a Guiné-Bissau, cabe somente aos governantes souberem planejar e executar seu plano de desenvolvimento. É importante frisar que, nenhuma nação do mundo consegue se desenvolver vivendo em isolamento, principalmente numa época de globalização em que vivenciamos, as parcerias são inevitáveis dada conexão e interdependência entre os Estados.

Outra vez, a relação sino-guineense é das melhores relações a qual a Guiné-Bissau tem mantido desde a proclamação da independência, seu impacto empírico é evidente na sociedade Bissau-guineense, com vários projetos realizados no âmbito das relações bilaterais. Maioria dos projetos foram realizados no quadro de amizade que une historicamente os dois povos, e que remonta desde o período da luta de libertação nacional. A China pode continuar a ser parceira de extrema importância para o desenvolvimento da Guiné-Bissau, para que isso aconteça, cabe às autoridades Bissau-guineense alocar prioridade em cada momento desta relação e nas oportunidades provenientes da China para o desenvolvimento nacional.

REFERÊNCIAS

- Arruda, José Jobson de A. **História moderna e contemporânea**: 12. ed.- São Paulo, 1980.
- BARTELSON, Jens. *A genealogy of sovereignty*. Cambridge University Press, 1995.
- BOJANG, As. **The study of foreign policy in international relations**: J Pol Sci Pub Aff 2018, 6:4 DOI: 10.4172/2332-0761.1000337.
- BORREGO, Joana Filipa Jerónimo. **África como centro de interesse na política externa da China. Caso de estudo Angola**: Covilhã, abril de 2015.
- BUZAN, Barry; LAWSON, George. *THE GLOBAL TRANSFORMATION: History, Modernity, and the Making of International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- CÁ, Vanito Ianium Vieira. **DA LUTA ARMADA À TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA: Guiné-Bissau e Cabo Verde em perspectiva comparada (1956-1990)**: POA, 2015.
- CARDOSO, Guilherme Rios. **A Energia dos Vizinhos**: uma análise da política externa do governo Lula na “nacionalização” do gás boliviano e nas alterações do Tratado de Itaipu: RJ, 2010.
- CARVALHO, Ricardo Ossagô de. **PROJETO DE ESTADO BINACIONAL**: contexto político institucional de unidade e separação da Guiné-Bissau e Cabo Verde: ISSN: 2595-5713 RESUMO: Vol. 03 | No. 6 | Ano 2020.
- CARVALHO, Ricardo Ossagô de. **POLÍTICA EXTERNA E ESTADO FRÁGIL NA GUINÉ-BISSAU**: crises multidimensionais e o papel dos organismos internacionais “CPLP E CEDEAO” (1973-2014).
- CASSAMA, Daniel Júlio Lopes Soares. **Amílcar Cabral e a independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde**: Araraquara, 2014.
- CARLSNAES, Walter; RISSES, Thomas; SIMMONS, Beth A. **HANDBOOK OF INTERNATIONAL RELATIONS**: 2002.
- DIVERIO, Tamara Silvana; SILVA, Luiz Gustavo Zuliani Da; NETTO, Guilherme Adalberto Mielitz. Debates teóricos das relações internacionais, política externa e a interação entre o nível internacional e o doméstico. **Revista História: Debates e Tendências** – v. 16, n. 1, jan./jun. 2016, p. 230-244.
- DJAU, Malam; DJAU, Rachido. **CONFLITO ÉTNICO E MILITAR: Consolidação e Afirmação do Estado da Guiné – BISSAU**. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**: Ano 02, Vol. 01. Ed. 01. P. 691-708. Abril de 2017.
- Duqing, Chen. **Política Exterior da China**. Agosto, 1990.
- FRANKEL, J (1963) **THE MAKING OF FOREIGN POLICY**. Oxford University Press PP: 231.
- FREIRE, Maria Raquel; VINHA, Luís da. **Política externa**: As relações internacionais em mudanças: Coimbra University Press, ano 2020.

FREIRE, Maria Raquel; VINHA, Luís da. **POLÍTICA EXTERNA: modelos, atores e dinâmicas**: Coimbra, 2011.

GARCÍA, Alberto Rodríguez. **O papel da China na África: imperialismo ou cooperação?** Set, 2019.

GOMES, Antonieta Rosa. **O PODER MILITAR E A DESEDIFICAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO E DA DEMOCRACIA NA GUINÉ-BISSAU**: Lisboa, 2010.

HOBBS, Thomas. **LEVIATÃ: ou matéria, forma de poder de um estado eclesiástico e civil**: São Paulo, 2014.

HUNG, Ho-Fung. A ASCENSÃO DA CHINA, A ÁSIA E O SUL GLOBAL: **Revista de Economia Contemporânea** (2018) 22(1): p. 1-26.

INFANDE, Beto. **RELAÇÕES ECONÔMICAS E COMERCIAIS ENTRE A CHINA E O CONTINENTE AFRICANO: o caso da Guiné-Bissau na área de infraestrutura**: 2020.

JATOBÁ, Daniel. **TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**: São Paulo: Saraiva, 2013.

JÚNIOR, Márcio José de Oliveira. **AS RAÍZES DA POLÍTICA EXTERNA CHINESA E OS BRICS**. 2014.

LEIRA, Halvard. **THE EMERGENCE OF FOREIGNER POLICY**: International Studies Quarterly, Volume 63, Issue 1, pages 187-198, 05 February 2019.

MANSANI, Roberta de Sousa; REIS, Rafael Pons. AS TEORIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NOS ESTUDOS DE POLÍTICA EXTERNA: um breve olhar a partir das perspectivas realista e liberal: **Revista Andina de Estudios Políticos**, Vol. IV, N° 1, pp. 20-29, 2014.

MACHIAVELLI, Nicoló di Bernardo dei. **MAQUIAVEL O PRÍNCIPE: 1469-1527**. Porto Alegre, 2016.

MARTIN, L. (2000). ECONOMIC SANCTIONS: Domestic Conflict of Interest and International Cooperation. In *Democratic Commitments: Legislatures and International Cooperation* (pp. 81-111). PRINCETON, NEW JERSEY: Princeton University Press. doi:10.2307/j.ctt7ss11.7.

MASSANGAIE, Arnaldo Timóteo. **A política externa de Moçambique e sua inserção no processo de integração regional na África austral**: Porto Alegre, 2017.

MBUNDÉ, Timóteo Saba. **A POLÍTICA EXTERNA DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE BRASIL E CHINA NA GUINÉ-BISSAU**: Uma análise em perspectiva comparada. Rio de Janeiro, 2015.

MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. **DISCURSO NACIONAL E ETNICIDADE EM ÁFRICA: O caso da Guiné-Bissau (1959-1994)**. 1 ed. Curitiba, 2019.

MORAES, Marcela Barbosa de; OLIVEIRA, Marcelo. **A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**. SP, 2016.

MURGI, Rafael. Grandes tradições teóricas em relações internacionais e o processo de apoio estatal à internacionalização de empresas: Em Debate: **Rev. Dig.**, ISSNE 1980-3532, Florianópolis, n. 9, p. 123-139, jan-jun, 2013.

O'REGAN, Davin. **Cocaine and Instability in Africa**: Lessons from Latin America and the Caribbean, Africa Security Brief No. 5 (Washington, DC: National Defense University Press, July 2010).

OURIQUES, Helton Ricardo. **As relações econômicas entre China e África**: Uma perspectiva sistêmica: Vol. 9, n. 1, jan. -jun. 2014 [p. 19 a 43].

OURIQUES, Helton Ricardo; SCHMIDT, Gabriela Bohrer. **PRESENÇA DA CHINA NA ÁFRICA**: maldição ou benção? 2015.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. ESTADO, ESTADO-NAÇÃO E FORMA DE INTERMEDIACÃO POLÍTICA: **Revista de cultura e política**, SP, jan. 2017.

PUTNAM, Robert D. DIPLOMACIA E POLÍTICA DOMÉSTICA: A LÓGICA DOS JOGOS DE DOIS NÍVEIS. **Revista de sociol.polit.** v.18, 36: 147-174 Jun. 2010.

RAINE, Sarah, Chapter One: *Contextualising Today's Sino-African Relations*. **The Adelphi Papers**, 2009, 49:404–05, 13–58, DOI: 10.1080/05679320903010008, 16.

RODRIGUES, Helena. **Afirmção da China em África e a utilização de Macau como plataforma de aproximação aos países lusófonos**. Coimbra, 2011.

RYSDYK, Janaina. **A política externa Chinesa para África**: uma análise dos casos do Sudão e da Nigéria: Porto Alegre, 2010.

Sangreman, Carlos; JÚNIOR, Fernando Sousa; ZEVEERINO, Guilherme Rodrigues; BARROS, Miguel José de. **Guiné-Bissau (1994-2005)**: Um estudo social das motivações eleitorais num estado frágil: 2008.

SANGREMAN, Carlos; PROENÇA, Fátima; MARTINS, Luís Vaz; DJAU, Mamadu Alfa; MENDES, Pedro Rosa; SEMEDO, Rui Jorge. **Guiné-Bissau: notas sobre o presente e o futuro**: Publisher: CESA, ISEG, Lisboa ISBN: 978--989-20-9932, 2019.

SANT'ANNA, Nanahira de Rabelo E. **A China e os "PALOP"**: uma análise das relações sino-africanas com enfoque nos países de língua oficial portuguesa. Brasília, 2008.

SEMEDO, Rui Jorge da Conceição Gomes. **PAIGC**: a face do monopartidarismo na Guiné-Bissau (1974 a 1990). 2009. 115 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

SILVA, ATHOS MUNHOZ MOREIRA DA. **A ascensão da China e os seus impactos para o leste asiático**. 2015.

SILVA, Jersey Inácio. **A integração econômica da Guiné-Bissau na UEMOA**. Rio de Janeiro, 2015.

SKOUSEN, Mark. **The big three in economics, Adahm Smith, Karl Marx, and John Maynard Keynes.** 2007.

SOUSA, Ivo Carneiro de. **Guiné-Bissau: Macau e a China.** Muita história, pouco desenvolvimento. Nov, 2013.

SOUSA, Julião Soares. **Amílcar Cabral, the PAIGC and the Relations with China at the Time of the Sino-Soviet Split and Anti-Colonialism.** Discourses and Praxis: pg. 1274-1296, Jan, 2020.

STENGEL, Frank A; BAUMANN, Rainer. “NON-STATE ACTORS AND FOREIGN POLICY.” In *The Oxford Research Encyclopedia of Politics*, edited by Thies Cameron, 266–86. Oxford: Oxford University Press.2017.

SUCUMA, Arnaldo. **ESTADO E ENSINO SUPERIOR NA GUINÉ-BISSAU 1974-2008.** Recife-PE, 2013.

SZUCKO, Angélica Saraiva. **A CHINA E A ORDEM INTERNACIONAL: uma discussão sobre transição de poder no século xxi:** Rev. Conj. Aust. | Porto Alegre | v.6, n.32 | p.48-61 | out./nov. 2015 | ISSN: 2178-8839.

Teixeira, Ricardino Jacinto Dumas. **A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA NA GUINÉ-BISSAU: Limites e Possibilidade:** Out. 2008.

Teles, Lilian Madureira; Souza, Matheus de Abreu Costa. **A política externa da China, as relações com a África e a problemática dos direitos humanos.** 2015.

TICKNER, Arlene B; BLANEY, David L. **THINKING INTERNATIONAL RELATIONS DIFFERENTLY.** Milton Park: Routledge.eds. 2012.

WALKER, R. B. J. **INSIDE/OUTSIDE: International Relations as Political Theory.** Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

WALTZ, Kenneth. **THEORY OF INTERNATIONAL POLITICS:** 1979.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A NOVÍSSIMA CHINA E O SISTEMA INTERNACIONAL: Rev. Sociol. Polít Curitiba,** v. 19, n. suplementar, p. 131-141, nov. 2011.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **O MUNDO PÓS-GUERRA FRIA: o desafio do (ao) oriente.** Porto Alegre, 2005.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A GUERRA FRIA: o desafio socialista à ordem americana.** Porto Alegre, 2004.

ZEGO, Alízia Lima da Luz. **Relações Sino-Africanas de 1990 a atualidade: uma análise de dois casos distintos: Angola e Cabo Verde.** Porto Alegre, Nov, 2010.

FONTES CONSULTADAS

CONFEDERAÇÃO DA CONSTRUÇÃO E DO IMOBILIÁRIO DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUÊS: A China constrói o palácio da justiça da Guiné-Bissau. 2014. Disponível em: <https://www.cimlop.com/News_Detail.aspx?cid=610> Acesso em: 25 jan. 2021.

INAUGURAÇÃO DO PALÁCIO DA JUSTIÇA. DIÁRIO O DEMOCRATA. 2016. Disponível em: <<https://www.odemocratagb.com/https?p=7763>> Acesso em: 25 jan. 2021.

A Cooperação Sul-Sul em Guiné-Bissau: Qual o seu papel na consolidação da paz?. **INSTITUTO IGARAPÉ.** Novembro, 2017. Disponível em: <<https://igarape.org.br/cooperacao-sul-sul-em-guine-bissau/>> Acesso em: 27 jan. 2021.

MA, Juliano. **Apoio da China aumenta produção de arroz na Guiné Bissau:** 2015. Disponível em <<http://portuguese.people.com.cn/n/2015/0507/c310818-8888659.html>> Acesso em: 10 fev. 2021.

KNOEMA: Guinea Bissau - Rice (milled equivalent) for food. Disponível em: <<https://knoema.com/atlas/Guinea-Bissau/topics/Agriculture/Domestic-Supply-Food/Rice-for-food>> Acesso em: 21 jan. 2021

MACAUHUB: A China apoia a construção da primeira escola agrícola da Guiné-Bissau. Disponível em: <<https://macauhub.com.mo/pt/2018/06/25/pt-china-apoia-construcao-da-primeira-escola-agricola-da-guine-bissau/>>. Acesso em: 21 jan. 2021.

Silja Fröhlich, ck. **China na África: bons ou maus credores?** 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/china-em-%C3%A1frica-bons-ou-maus-credores/a-47768259>. Acesso em: 10 jan. 2021.

PAUTASSO, Diego. A presença da China na África e o mito do “neocolonialismo chinês”: 2020. Disponível em: <https://bonifacio.net.br/a-presenca-da-china-na-africa-e-o-mito-do-neocolonialismo-chines/>. Acesso em: 21 jan. 2021.

RFI. China confirma investimentos na Guiné-Bissau: 2016. Disponível em: <https://www.rfi.fr/pt/guine-bissau/20160411-china-confirma-investimentos-na-guine-bissau>, Acesso em: 12 jan. 2021.